

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROMUALDO DA COSTA AGOSTINHO

POLÍTICAS PÚBLICAS MIGRATÓRIAS INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DA INSTITUCIONALIDADE EM NÍVEL SUBNACIONAL NO
ESTADO DO PARANÁ (2014-2024).

CURITIBA 2024

ROMUALDO DA COSTA AGOSTINHO

POLÍTICAS PÚBLICAS MIGRATÓRIAS INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DA INSTITUCIONALIDADE EM NÍVEL SUBNACIONAL NO
ESTADO DO PARANÁ (2014-2024).

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador(a): Prof. Dr. Aleksandro Eugenio Pereira

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Agostinho, Romualdo da Costa

Políticas públicas migratórias internacionais: uma análise multidimensional da institucionalidade em nível subnacional no estado do Paraná (2014-2024) / Romualdo da Costa Agostinho. - 2024.

1 recurso on-line: PDF.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Orientador: Aleksandro Eugenio Pereira.

1. Políticas Públicas. 2. Imigrantes. 3. Integração social. 4. Paraná I. Pereira, Aleksandro Eugenio. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

Bibliotecária Lívia Rezende Ladeia – CRB – 9/2199

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ROMUALDO DA COSTA AGOSTINHO**, intitulada: **Políticas públicas migratórias internacionais: uma análise multidimensional da institucionalidade em nível subnacional no estado do Paraná (2014-2024)**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 05 de Dezembro de 2024.

Assinatura Eletrônica

24/02/2025 12:24:51.0

ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/02/2025 08:30:47.0

LUIS MIGUEL DIAS CAETANO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DOS AÇORES)

Assinatura Eletrônica

25/02/2025 17:17:22.0

LUDMILA ANDRZEJEWSKI CULPI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me guiar e iluminar cada passo nesta jornada acadêmica, concedendo-me forças nos momentos mais desafiadores e sabedoria para concluir este trabalho.

Aos meus pais, Amélia Neto e Joaquim Agostinho Neto (in memoriam), minha eterna gratidão pelo amor incondicional, pelos valores que me transmitiram e por serem a fonte inesgotável de inspiração e resiliência. Sem o apoio de vocês, este sonho jamais teria sido possível.

Agradeço à Fundação Araucária pela concessão da Bolsa Técnica que tornou possível a execução da etapa final deste estudo nos Laboratórios de Tecnologia de Transportes (LTT) do Departamento de Transportes da Universidade Federal do Paraná sob a coordenação do Prof. Dr. Jorge Tiago Bastos . À CAPES e ao CNPq, pelo suporte ao desenvolvimento científico que viabilizou grande parte das minhas pesquisas, sou imensamente grato.

Um agradecimento especial aos meus colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, pela constante troca de conhecimentos, pelas discussões enriquecedoras e pelo incentivo ao longo desta caminhada. Àqueles que, de alguma forma, contribuíram para o aprimoramento desta dissertação, mesmo que seus nomes não estejam mencionados aqui, meu sincero reconhecimento.

Por fim, ao meu orientador, Prof. Dr. Alexsandro Eugenio Pereira, cujas orientações precisas e incentivo contínuo foram fundamentais para a construção deste trabalho. Agradeço pela paciência, dedicação e por acreditar em mim, ajudando-me a desenvolver uma visão crítica e analítica que ultrapassa os limites deste estudo.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, com palavras de apoio, conselhos e amizade ao longo deste percurso, meu muito obrigado. Esta conquista é também de vocês.

Políticas migratórias eficazes são essenciais para promover o desenvolvimento humano, a integração social e o respeito aos direitos fundamentais de cada indivíduo.

António Guterres (2018)

RESUMO

Este estudo analisa a formulação e implementação das políticas públicas migratórias no estado do Paraná, enfocando os desafios e avanços de 2014 a 2024. A pesquisa busca responder como essas políticas atendem às necessidades de migrantes internacionais, considerando fatores locais e globais que moldam sua execução. A metodologia utilizada combina análise documental, entrevistas e revisão de relatórios oficiais, destacando a evolução histórica dos planos estaduais e suas dimensões: proteção e segurança, institucional, econômica, social e cultural. Os resultados indicam que, embora o Paraná tenha instituído importantes estruturas, como o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, há uma lacuna significativa entre a formulação das políticas e sua aplicação prática. A pesquisa identificou que, apesar de avanços formais, a implementação é fragmentada e dependente de esforços individuais, revelando uma falta de articulação eficiente entre governo e sociedade civil. Barreiras como a burocracia, falta de financiamento e capacitação dos servidores comprometem a eficácia das políticas, especialmente nas áreas de segurança, inclusão econômica e integração social. Na dimensão econômica, verificou-se que programas de inclusão no mercado de trabalho para migrantes ainda enfrentam desafios, como reconhecimento de diplomas estrangeiros e discriminação. Já na dimensão social, a oferta de serviços, como cursos de português, revelou-se insuficiente para a demanda existente, impactando a integração dos migrantes. A pesquisa também destaca o papel das universidades e ONGs, que muitas vezes têm preenchido as lacunas deixadas pelo poder público. Conclui-se que, para uma política migratória mais eficaz, é essencial uma maior integração entre os diversos atores, além de um monitoramento contínuo das ações implementadas. Recomenda-se o fortalecimento das parcerias e a diversificação de fontes de financiamento para garantir a sustentabilidade das políticas públicas migratórias no Paraná.

Palavras-chave: Políticas Migratórias; Migração Internacional; Inclusão Social; Governança Pública; Paraná.

ABSTRACT

This study analyzes the formulation and implementation of migration public policies in the state of Paraná, focusing on the challenges and progress between 2014 and 2024. The research investigates how these policies address the needs of international migrants, considering local and global factors that influence their execution. The methodology includes document analysis, interviews, and reviews of official reports, exploring dimensions such as protection and security, institutional frameworks, economic inclusion, and social and cultural integration. Findings reveal that, despite efforts like the establishment of the State Council for Refugees, Migrants, and Stateless Persons, significant gaps remain between policy design and practical execution. Fragmented implementation, reliance on individual initiatives, bureaucratic hurdles, and limited funding compromise policy effectiveness, especially in security, economic inclusion, and social services. The study highlights the critical role of universities and NGOs in bridging these gaps. For more effective policies, stronger partnerships and continuous monitoring are recommended to enhance sustainability.

Keywords: Migration Policies; International Migration; Social Inclusion; Public Governance; Paraná.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Marcos Internacionais e Nacionais das Políticas Migratórias | 31 |
| Tabela 2 – Números de Migrantes no Paraná (2000-2021) | 39 |
| Tabela 3 – Interiorização dos Migrantes | 40 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Ações Propostas no Primeiro Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas no Paraná (2014-2016) | 45 |
| Quadro 2 – Ações Propostas no Segundo Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas no Paraná (2022-2025) | 49 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Ciclo de Políticas Públicas | 25 |
| Figura 2 – Governança Migratória | 31 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 | METODOLOGIA..... | 16 |
| 2.1 | Tipo De Pesquisa | 16 |
| 2.2 | Caracterização Da Pesquisa..... | 18 |
| 3 | REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA..... | 20 |
| 3.1 | Políticas Públicas: Teoria E Aplicações No Contexto Migratório..... | 20 |
| 3.2 | Introdução Ao Ciclo De Políticas Públicas | 24 |
| 3.3 | Avaliação De Políticas Públicas: Uma Discussão Teórica E Prática..... | 28 |
| 3.4 | Governança Migratória..... | 30 |
| 4 | PERFIL MIGRATÓRIO DO ESTADO DO PARANÁ..... | 36 |
| 4.1 | Introdução ao Perfil Migratório | 36 |
| 5 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MIGRATÓRIAS DO ESTADO DO PARANÁ..... | 44 |
| 5.1 | Dimensão Institucional | 55 |
| 5.2 | Dimensão Econômica | 57 |
| 5.3 | Dimensão Social e Cultural | 61 |
| 5.4 | Dimensão Proteção e Segurança | 63 |
| 5.5 | Discussão..... | 65 |
| 6 | CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES..... | 69 |
| | REFERÊNCIAS..... | 72 |

1 INTRODUÇÃO

As migrações internacionais vêm ganhando destaque no cenário mundial em função das enormes transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas experimentadas desde o final dos anos 1980. As acentuadas desigualdades regionais, os conflitos bélicos, a dissolução do bloco soviético e a formação de blocos econômicos constituem o pano de fundo desses deslocamentos populacionais contemporâneos. O Brasil, por sua vez, começou a se inserir nesse novo contexto das migrações internacionais, tanto com fluxos de saídas de brasileiros quanto com a entrada recente de estrangeiros no país. O tema das migrações internacionais ressurgiu, portanto, como uma questão demográfica relevante no Brasil ao final do século XX (Baeninger, 2003).

Em consonância com Baeninger (2003), que destaca o ressurgimento das migrações internacionais como uma questão demográfica no Brasil, a migração internacional no cenário global tem se mostrado um fenômeno complexo e multifacetado, como argumentam Castles e Miller (2009). Segundo esses autores, a migração contemporânea é impulsionada por uma série de fatores, incluindo a busca por melhores oportunidades econômicas, conflitos armados, mudanças climáticas e desigualdades globais. Essa complexidade nas causas da migração resulta em uma diversidade de migrantes, cada um enfrentando desafios e necessidades específicas.

A migração internacional, conforme destacada pela OIM (2022), emergiu como um dos fenômenos definidores do século XXI. Diversos fatores convergem para tornar a migração uma questão política de grande relevância. A magnitude da mobilidade global, impulsionada por motivadores variados — desde a busca por oportunidades econômicas até deslocamentos causados por desastres naturais e conflitos — incide diretamente sobre as economias, sociedades e políticas nacionais e internacionais.

Esse panorama é resultado de mudanças profundas ocorridas a partir da década de 1980, com a acessibilidade do transporte aéreo em massa e a revolução da tecnologia da informação, que criou redes de comunicação em tempo real. Esses avanços possibilitaram que as pessoas se tornassem mais conscientes das perspectivas de vida e trabalho no exterior, ampliando o interesse pela migração (OIM, 2022). Nas décadas seguintes, os movimentos migratórios se intensificaram em todas as regiões do mundo, e os padrões de deslocamento tornaram-se mais complexos. Migrantes se moviam em busca de melhores condições de vida e trabalho, como

resposta a desastres naturais, mudanças ambientais, ou para escapar de situações de vida adversas, muitas vezes motivados por uma combinação de fatores (OIM, 2022).

A década de 2010 (2011-2020) pode ser caracterizada como uma das mais dinâmicas no contexto migratório do Brasil. Essa série histórica trouxe mudanças significativas no cenário das migrações e refúgio no país (Cavalcanti, 2021). Os fluxos migratórios para o Brasil na última década estão intrinsecamente relacionados à conjuntura global, marcada pela crise econômica de 2007, que teve início nos Estados Unidos e se estendeu à Europa e ao Japão. Isso adiciona complexidade ao fenômeno migratório na América Latina, especialmente no Brasil (Cavalcanti et al., 2015). A crise gerou um aumento notável da mobilidade humana para o Brasil, composta por migrantes do Sul Global, como senegaleses, congolese, angolanos, haitianos e venezuelanos.

Fatores conjunturais foram determinantes para o aumento e consolidação da imigração do Sul Global no Brasil no início da década de 2010. A crise econômica nos Estados Unidos, seguida pelo rápido crescimento econômico do Brasil, impulsionado pelo Commodities Consensus e pelo seu papel como país emergente nos BRICS, atraiu migrantes de diferentes origens (Cavalcanti, 2017). No entanto, essa bonança econômica não apenas atraiu imigrantes, mas consolidou o Brasil como destino e ponto de trânsito nas migrações sul-sul.

Nos últimos anos, contudo, houve uma mudança nesse cenário. Entre 2010 e 2015, o Brasil viu importantes fluxos do Sul Global, mas os anos recentes foram marcados pela consolidação dos latino-americanos como principais nacionalidades imigrantes no Brasil. Embora a imigração do Sul Global continue, o ritmo observado na primeira metade da década de 2010, quando os indicadores econômicos eram mais favoráveis, não se manteve (Cavalcanti, 2017).

O Brasil, portanto, experimentou um curto, mas intenso período de chegada de novos fluxos migratórios, registrando, de 2011 a 2019, mais de um milhão de imigrantes, principalmente haitianos e venezuelanos, vindos em busca de melhores condições de vida (Cavalcanti; Oliveira, 2016). A migração internacional contribuiu para uma maior diversidade étnica e cultural no país, trazendo à tona desafios relacionados à integração social e à formulação de políticas públicas inclusivas.

Compreendendo a importância fundamental da pesquisa científica, esta dissertação empreende uma análise multidimensional das políticas públicas migratórias no estado do Paraná, aliada à investigação da institucionalidade dessas políticas em nível local. Para esta pesquisa, adota-se uma abordagem qualitativa,

detalhada posteriormente, com base na análise documental de relatórios oficiais e publicações especializadas. O recorte temporal compreende o período de 2014 a 2024, abrangendo a implementação e o monitoramento do Primeiro Plano Estadual para Migrantes e Refugiados do Paraná (2014-2016), bem como o início do Segundo Plano Estadual (2022-2025). Esse período permite uma análise completa dos avanços, desafios e reestruturações nas políticas públicas migratórias do estado. Os dados incluem relatórios disponíveis na plataforma "MigraCidades" e outros documentos institucionais relevantes como as Atas das reuniões ordinárias do CERMA, garantindo uma visão robusta sobre as políticas implementadas e os impactos observados ao longo dos anos. A revisão bibliográfica também dará suporte teórico à pesquisa, contextualizando os dados coletados. Nesse sentido, a base teórica e empírica que sustenta esta pesquisa é profundamente influenciada por uma gama de estudos acadêmicos que abordam a dinâmica da migração internacional e a formulação de políticas públicas voltadas para migrantes.

Essa análise se justifica pela necessidade de compreender a eficácia e as limitações das políticas públicas migratórias em um contexto estadual específico, que enfrenta uma crescente diversidade de migrantes internacionais. A integração bem-sucedida desses migrantes e o fortalecimento da governança migratória em nível local são objetivos fundamentais para a construção de sociedades mais inclusivas e igualitárias. De acordo com o IPEA, no estudo intitulado "O que fazem – ou deveriam fazer – os governos estaduais na gestão das políticas sociais" (2021), compreender a dinâmica das políticas públicas no Brasil pós-Constituição Federal de 1988 requer uma análise das atribuições e ações dos governos estaduais, especialmente em áreas como saúde, educação e assistência social.

A transição para um modelo de gestão mais descentralizado não foi linear, sendo marcada por períodos de competição e cooperação entre os diferentes níveis de governo. O processo de municipalização, incentivado pela necessidade de redução das despesas estaduais e pela pressão de movimentos municipalistas, iniciou uma redistribuição de responsabilidades que ainda reverbera no cenário atual. Contudo, a ênfase na municipalização como estratégia principal para a universalização dos serviços sociais tem demonstrado limitações, evidenciando a necessidade de uma atuação mais assertiva por parte dos governos estaduais para garantir não apenas o acesso, mas também a qualidade dos serviços públicos (IPEA, 2021).

A complexidade da migração internacional e suas implicações para as políticas públicas são temas de crescente relevância no cenário global. Neste contexto, esta dissertação busca analisar as políticas públicas migratórias no estado

do Paraná sob uma perspectiva multidimensional, considerando tanto os fatores globais quanto os locais que moldam essas políticas. De forma específica, pretende-se examinar a evolução dessas políticas no estado; além disso, avaliar o impacto das políticas migratórias na inclusão social, econômica e cultural dos migrantes; e, por fim, identificar e descrever o papel das instituições governamentais locais, como secretarias, conselhos e outras entidades, na implementação e coordenação dessas políticas públicas migratórias no Paraná.

As políticas públicas são formuladas e implementadas em contextos locais específicos, e Saravia (2006) argumenta que a eficácia dessas políticas depende da interação entre os atores governamentais, da sociedade civil e do setor privado em nível local. Assim, é fundamental examinar como as políticas públicas migratórias no estado do Paraná são adaptadas para atender às necessidades e demandas dos migrantes internacionais que escolhem esse estado como novo lar.

Essa análise é ainda mais importante ao considerar que as políticas públicas têm um impacto direto na vida dos migrantes. O acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e emprego, muitas vezes depende das políticas implementadas pelos governos. Portanto, a análise das políticas públicas migratórias é crucial para avaliar como o estado do Paraná está atendendo aos direitos e necessidades dos migrantes internacionais.

Em termos nacionais, estados como São Paulo e Roraima concentram o maior número de migrantes internacionais. Entretanto, o Paraná, dada sua capacidade econômica e posição estratégica no Mercosul, emergiu como um dos principais destinos para a interiorização de migrantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Essa dinâmica coloca o estado em uma posição relevante para a análise das políticas públicas migratórias, destacando tanto os desafios quanto às oportunidades de integração que o Paraná enfrenta em comparação com outras regiões do país.

Sob esse cenário, o problema de pesquisa desta dissertação é: como as políticas públicas migratórias no estado do Paraná estão sendo implementadas para atender às demandas e desafios dos migrantes internacionais? Além disso, a investigação da institucionalidade dessas políticas em nível local proporcionará uma visão abrangente das estruturas e atores envolvidos no processo de governança migratória.

A presente dissertação é organizada em três capítulos principais, além da introdução, metodologia e conclusão. O primeiro capítulo, intitulado “Revisão Teórico-Empírica”, apresenta os conceitos fundamentais das políticas públicas aplicadas ao

contexto migratório, abordando o ciclo de políticas públicas, a avaliação teórica e prática dessas ações e a governança migratória. No segundo capítulo, “Perfil Migratório do Estado do Paraná”, traça-se um panorama sobre as características e tendências dos migrantes internacionais que escolhem o Paraná como destino, com foco nas dinâmicas demográficas e socioeconômicas. O terceiro capítulo, “Apresentação e Análise das Políticas Públicas Migratórias do Estado do Paraná”, oferece uma análise crítica das políticas em vigor, estruturada nas dimensões institucional, econômica, social e cultural, e de proteção e segurança. A metodologia empregada, detalhada no capítulo correspondente, baseia-se na coleta e análise de dados documentais, permitindo interpretar as informações presentes em textos oficiais e normativos. Por fim, a dissertação é concluída com uma síntese dos resultados alcançados, além de recomendações e reflexões para estudos futuros, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento das políticas migratórias no estado.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo De Pesquisa

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, adequada para a análise das políticas públicas migratórias, considerando sua complexidade e a diversidade de contextos em que são implementadas. A abordagem qualitativa é particularmente apropriada para investigar fenômenos multifacetados como as políticas migratórias, pois permite uma exploração detalhada das dinâmicas e significados associados à sua formulação e aplicação. Essa abordagem possibilita uma compreensão profunda das práticas e impactos das políticas, indo além dos dados quantitativos para explorar as experiências e percepções dos envolvidos (Marconi; Lakatos, 2003).

A metodologia qualitativa será empregada para captar nuances que não seriam evidenciadas por métodos quantitativos. A pesquisa utilizará a análise documental para examinar relatórios, Atas, documentos de políticas públicas e publicações de plataformas especializadas, como "MigraCidades", que fornece dados sobre a implementação e eficácia das políticas migratórias. Esta análise documental ajudará a mapear as políticas públicas vigentes no estado do Paraná, proporcionando uma visão abrangente dos seus objetivos, instrumentos e resultados.

Além da análise documental, a revisão bibliográfica será fundamental para a fundamentação teórica da pesquisa. Esta etapa envolverá a exploração de literatura relevante sobre políticas públicas migratórias e teorias relacionadas, utilizando fontes como o capítulo "Estratégias Metodológicas nas Pesquisas de Fronteira" (Santos, 2023) e os estudos de Sardinha (2000) sobre análise multidimensional. A revisão bibliográfica permitirá contextualizar os dados coletados e oferecer uma base sólida para a análise.

A Análise Multidimensional (AMD) oferece uma perspectiva poderosa para a investigação das políticas públicas migratórias, permitindo uma abordagem mais rica e detalhada dos discursos e documentos que as sustentam. A metodologia, como descrita por Sardinha (2000), permite a análise de grandes volumes de texto, explorando como variáveis linguísticas se interrelacionam e influenciam a compreensão dos fenômenos. No contexto das políticas migratórias, isso é particularmente útil para examinar as várias dimensões que envolvem as políticas em diferentes contextos sociais e institucionais.

A aplicação da AMD ao estudo das políticas públicas migratórias no Paraná pode revelar como diferentes perspectivas e atitudes em relação aos migrantes são construídas e comunicadas nos documentos oficiais. Como observam Santos (2023) e Sardinha (2010), a análise de corpora linguísticos por meio da AMD permite identificar padrões de coocorrência entre termos, conceitos e dimensões que, muitas vezes, estão implícitos nas políticas. Por exemplo, a presença de termos relacionados à segurança, aos direitos humanos e à inclusão pode ser analisada em relação à forma como as políticas são implementadas e as expectativas sociais em torno dos migrantes.

A análise dos documentos disponibilizados pela plataforma "MigraCidades", dentro dessa abordagem, ajuda a identificar as estratégias institucionais e as respostas discursivas em relação aos migrantes, além de associar essas respostas a contextos políticos e sociais específicos. Com base em uma análise multidimensional, é possível revelar as variações discursivas que refletem as tensões e as abordagens institucionais frente aos desafios da imigração, fornecendo uma compreensão mais ampla da eficácia dessas políticas e suas implicações no campo social e econômico.

Ao integrar a revisão bibliográfica sobre políticas públicas migratórias com a análise multidimensional de Sardinha, a pesquisa será capaz de aprofundar a compreensão das dinâmicas que permeiam a implementação e os impactos das políticas migratórias no estado do Paraná, alinhando-se a uma análise crítica da aplicação dessas políticas. Isso contribuirá para uma visão mais detalhada da interação entre o discurso político e as realidades sociais dos migrantes, o que é crucial para compreender as implicações dessas políticas para os diferentes grupos afetados (Sardinha, 2000; 2010; Santos, 2023).

A escolha pela abordagem qualitativa é justificada pela necessidade de uma análise detalhada e contextualizada das políticas públicas migratórias. As políticas migratórias são influenciadas por uma combinação de fatores globais e locais, e a abordagem qualitativa permite explorar essas interações complexas e entender as experiências dos migrantes e as respostas das instituições de forma mais abrangente e crítica.

2.2 Caracterização Da Pesquisa

Para a realização desta pesquisa, serão utilizadas fontes e dados provenientes de diversas organizações e plataformas que desempenham papéis cruciais na implementação e análise das políticas públicas migratórias no estado do Paraná. Essas fontes incluem instituições governamentais e plataformas especializadas que fornecem dados relevantes e atualizados sobre a migração e suas políticas.

A plataforma "MigraCidades" é um dos principais recursos para a análise das políticas migratórias no Brasil. Desenvolvida em parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), "MigraCidades" oferece um repositório abrangente de dados e informações sobre a migração em diferentes municípios e estados brasileiros. Esta plataforma facilita a avaliação das políticas migratórias, proporcionando acesso a informações detalhadas sobre a implementação de políticas, a gestão de migrantes e a eficácia das estratégias adotadas. A utilização dessa plataforma será essencial para mapear as políticas públicas migratórias no estado do Paraná e avaliar seu impacto.

O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA), vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania do estado do Paraná, é um órgão fundamental na coordenação e supervisão das políticas migratórias no estado. Este conselho é responsável por promover os direitos dos refugiados, migrantes e apátridas, e por implementar estratégias que visam a inclusão e o bem-estar desses grupos. A análise dos documentos e relatórios emitidos pelo CERMA fornecerá informações detalhadas sobre as políticas em vigor, suas metas e os resultados obtidos.

A Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná desempenha um papel central na implementação das políticas migratórias. Ela é responsável pela coordenação de ações e programas que visam a integração dos migrantes e a garantia de seus direitos. A revisão dos documentos e relatórios dessa secretaria permitirá uma compreensão abrangente das políticas migratórias e de como elas são operacionalizadas no estado.

Outras fontes importantes incluem instituições de pesquisa que produzem estudos e análises sobre políticas públicas migratórias. Entre essas instituições, destacam-se o Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e outras entidades acadêmicas e de pesquisa que publicam relatórios e estudos sobre migração e políticas públicas. Esses estudos contribuirão

para a revisão bibliográfica e fornecerão uma base teórica e empírica para a análise das políticas migratórias no Paraná.

A análise de fontes jornalísticas e relatórios de organizações não governamentais (ONGs) também será relevante para obter uma perspectiva crítica e atualizada sobre as políticas migratórias. Esses materiais fornecerão uma visão adicional sobre a implementação das políticas e os desafios enfrentados pelos migrantes no estado.

A caracterização dessas organizações e plataformas é essencial para a realização da pesquisa, pois permite a coleta e análise de dados relevantes sobre as políticas públicas migratórias no estado do Paraná. A combinação de dados de diferentes fontes garantirá uma visão abrangente e detalhada das práticas e impactos das políticas migratórias na região.

3 REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

3.1 Políticas Públicas: Teoria E Aplicações No Contexto Migratório

Políticas públicas são entendidas como o conjunto de decisões, ações e diretrizes coordenadas que visam solucionar problemas ou atender às necessidades sociais de uma comunidade específica. Elas são desenvolvidas não apenas por órgãos governamentais, mas também com a participação de organizações da sociedade civil, especialistas, e, muitas vezes, em colaboração com o setor privado, formando uma rede de governança que integra diferentes atores sociais (Secchi, 2013).

Segundo Laswell (1956), políticas públicas envolvem o processo de “quem ganha o quê, quando e como”, destacando que, além do governo, uma variedade de atores influencia as decisões e a implementação, o que amplia o escopo para incluir instituições não governamentais. Secchi (2013) também enfatiza que políticas públicas constituem um esforço coletivo, sendo moldadas pela interação entre necessidades e propostas de soluções para áreas como educação, saúde, segurança e desenvolvimento social.

Surgiram como campo de estudo nas décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos, onde se desenvolveram modelos que organizam o processo de formulação e avaliação em etapas sequenciais, como a formação da agenda, implementação e monitoramento (Secchi, 2014). Entre os principais estudiosos das políticas públicas, Harold Lasswell (1936) introduziu a análise das políticas como uma ferramenta para aproximar ciência e governo, abordando como a política pública define “quem ganha o quê, quando e como”. Lasswell defendia que a análise das políticas deveria revelar a distribuição de poder e recursos entre diferentes grupos sociais, enfatizando o papel do Estado em organizar e direcionar as decisões políticas para atingir objetivos estratégicos (Secchi, 2013). Já Herbert Simon (1957) trouxe o conceito de “racionalidade limitada”, destacando que os formuladores de políticas públicas enfrentam limitações de tempo e informação, o que os leva a tomar decisões com base em dados parciais e sob pressões externas (Souza, 2006; Secchi, 2013). Essas ideias foram fundamentais para a formação do campo das políticas públicas, pois explicam os desafios do processo decisório em contextos de incerteza e recursos restritos.

Charles Lindblom (1959) propôs a ideia de decisões incrementais,

argumentando que, ao contrário da racionalidade plena, as políticas públicas evoluem gradualmente, por meio de ajustes sucessivos. Essa abordagem incrementalista desafia a ideia de mudanças radicais, sugerindo que os formuladores de políticas, em vez de escolherem alternativas ideais, optam por decisões que minimizam riscos e que podem ser ajustadas conforme necessário (Secchi, 2013). Já David Easton (1965) introduziu uma abordagem sistêmica, indicando que as políticas públicas são moldadas por fatores externos, como mídia, partidos políticos e grupos de interesse, que influenciam tanto sua formulação quanto seus resultados (Secchi, 2014).

No Brasil, Celina Souza (2006) enfatiza a complexidade da implementação das políticas públicas, especialmente em um contexto de governança multinível, onde é essencial a coordenação entre diferentes níveis de governo e a interação com múltiplos atores para garantir a execução efetiva das políticas. Luiz Carlos Bresser-Pereira também destaca a necessidade de uma gestão pública eficiente e orientada para resultados, defendendo que as políticas públicas devem atender aos interesses da sociedade e que a participação social é fundamental para fortalecer a legitimidade e a eficácia das ações governamentais (Souza, 2006; Secchi, 2013).

A análise das políticas públicas evoluiu, incorporando modelos teóricos como o de múltiplos fluxos, de John Kingdon, e o de coalizões de advocacia, de Sabatier e Jenkins-Smith, que ressaltam a complexidade e a instabilidade do processo de formulação de políticas. Essas abordagens mostram que as mudanças nas políticas podem ocorrer de maneira abrupta em resposta a pressões sociais e contextuais imprevistas (Weible e Carter, 2017). No contexto brasileiro, esses modelos são cada vez mais aplicados para lidar com desafios, como a necessidade de maior coordenação entre diferentes níveis de governo e a inclusão de uma participação social mais efetiva na formulação de políticas públicas (Capella et al., 2014).

No contexto da migração, políticas públicas emergem como uma questão crucial. A crescente mobilidade humana, impulsionada por fatores globais e locais, gera desafios e oportunidades para as autoridades governamentais. Esta dissertação propõe-se a explorar profundamente as políticas públicas migratórias, com foco no estado do Paraná, oferecendo uma análise multidimensional da institucionalidade em nível local. Para tanto, é essencial compreender os dois formatos predominantes das políticas públicas: as de governo, frequentemente estabelecidas por meio de decretos e portarias, e as de estado, institucionalizadas por lei e regulamentadas por decreto (OIM, 2022).

A OIM (2022) destaca que a crescente mobilidade humana realça a necessidade de uma resposta coordenada e eficaz das autoridades locais. Nesse

contexto, os gestores públicos podem adotar diversas abordagens, como a nomeação de um órgão específico como ponto focal para questões migratórias, promovendo uma coordenação efetiva entre as áreas envolvidas. Outra opção é a criação de um órgão dedicado exclusivamente ao desenvolvimento e monitoramento de políticas migratórias. Além disso, podem ser estabelecidos Grupos de Trabalho (GT) ou Comitês compostos por representantes de diferentes áreas, assegurando uma visão abrangente da gestão migratória.

Essas abordagens são essenciais para a formalização das políticas migratórias, que podem assumir a forma de políticas locais, planos de ação ou políticas setoriais. Esse último modelo é particularmente relevante para a inclusão das especificidades dos migrantes nas diretrizes e políticas já existentes (OIM, 2022). A compreensão dessas estruturas é fundamental para analisar a implementação de políticas migratórias em nível local no estado do Paraná.

No contexto atual, em que a migração é uma realidade global, a formulação e implementação de políticas públicas migratórias eficazes são essenciais para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que a migração apresenta. É fundamental que os governos locais compreendam a complexidade dessa questão e desenvolvam estratégias abrangentes e bem fundamentadas. Elementos essenciais, como uma abordagem integral, participação social, referências legais e orçamento adequado, são cruciais para desenvolver políticas centradas nas necessidades das populações migrantes e das comunidades de acolhida (OIM, 2022).

As políticas públicas direcionadas às migrações internacionais têm se tornado cada vez mais relevantes no cenário global, especialmente diante dos desafios contemporâneos que envolvem grandes fluxos migratórios, crises humanitárias e a necessidade de proteção dos direitos humanos. A formulação dessas políticas requer uma abordagem multidisciplinar, que considere tanto as obrigações legais internacionais quanto as especificidades culturais, sociais e econômicas dos países de acolhimento e dos migrantes.

Coutinho, Bijos e Ribeiro (2022) destacam que o debate sobre migrações internacionais e políticas públicas está intimamente ligado ao conceito de governança migratória, que envolve múltiplos atores e esferas de poder. Esses autores enfatizam que, para que as políticas públicas sejam eficazes, é fundamental que elas sejam construídas de forma participativa, envolvendo não apenas os governos nacionais e locais, mas também a sociedade civil, organizações internacionais, academia, e os próprios migrantes. Essa abordagem colaborativa é essencial para garantir que as políticas reflitam as necessidades reais dos migrantes e contribuam para a sua

integração social e econômica.

No entanto, a realidade da democracia participativa na formulação de políticas públicas ainda se encontra distante de ser uma norma. Lussi (2015) argumenta que, em muitos casos, a ausência de participação social na concepção das políticas migratórias resulta em uma abordagem limitada e muitas vezes ineficaz na implementação dessas políticas. Isso se traduz em uma participação restrita dos migrantes e das comunidades afetadas nos processos de tomada de decisão, o que pode levar a análises enviesadas e deturpadas sobre os movimentos migratórios e as oportunidades oferecidas por essas políticas públicas. Além disso, a autora destaca a importância de reconhecer as desigualdades estruturais que afetam os migrantes e de desenvolver políticas que promovam a igualdade e a inclusão.

Coelho e Prado (2015) sublinham que as políticas públicas relacionadas às migrações devem ser formuladas não apenas com base em necessidades econômicas, como a resposta a desafios demográficos e laborais, mas também com foco na proteção dos direitos humanos e na promoção da justiça social. Eles ressaltam que os migrantes trazem habilidades, conhecimentos e experiências que podem beneficiar a economia e o mercado de trabalho dos países receptores. Além disso, o acolhimento de migrantes enriquece a diversidade cultural, étnica e religiosa das sociedades, promovendo a compreensão intercultural e o desenvolvimento de sociedades mais justas e inclusivas.

Os países têm obrigações legais e humanitárias decorrentes de tratados internacionais, convenções e acordos que regem os direitos humanos e a proteção de refugiados. A implementação dessas obrigações por meio de políticas públicas é essencial para garantir o acesso à proteção internacional para aqueles que necessitam, em conformidade com os princípios de direito internacional humanitário e de refugiados. Portanto, a formulação de políticas públicas eficazes em contextos migratórios exige um compromisso contínuo com a proteção dos direitos humanos, a promoção da inclusão social e o reconhecimento do valor das contribuições dos migrantes para as sociedades de acolhimento.

3.2 Introdução Ao Ciclo De Políticas Públicas

A utilização do Ciclo de Políticas Públicas como metodologia de análise e implementação de ações governamentais tem se mostrado fundamental para estados e municípios em busca de soluções eficazes para os desafios contemporâneos. Este enfoque proporciona um modelo estruturado e abrangente para a gestão pública, permitindo que governos locais identifiquem problemas, elaborem estratégias, implementem ações e avaliem resultados. A crescente complexidade das demandas da sociedade, aliada à necessidade de otimizar recursos, torna o Ciclo de Políticas Públicas uma ferramenta valiosa para garantir a eficiência e eficácia das políticas governamentais. Neste contexto, este parágrafo introdutório busca destacar a relevância dessa abordagem metodológica para a administração pública nos âmbitos estaduais e municipais, ressaltando sua capacidade de promover o desenvolvimento local e atender às necessidades específicas das comunidades.

A OIM – Organização Internacional para as Migrações, (2022), acredita que o ciclo político (ver figura 1), que compreende várias fases, é uma ferramenta valiosa para orientar a elaboração e implementação de políticas públicas. No entanto, reconhece que a realidade política muitas vezes é confusa e não linear, com sobreposições de fases e implementações apressadas. A avaliação pode ser negligenciada, e as políticas podem ser adaptadas precocemente devido a compromissos políticos ou pressões públicas. Isso é particularmente relevante no contexto da política de migração, uma questão politicamente sensível. Os decisores políticos podem experimentar ambas as abordagens, às vezes tendo tempo e recursos para uma elaboração cuidadosa de políticas, enquanto em outras situações dependem da inteligência e compreensão do contexto. O ciclo político ainda serve como referência útil, especialmente quando há um planejamento proativo e baseado em evidências.

Figura 1 – Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: OIM (2022, p. 30)

O ciclo de políticas públicas contém sete etapas ou estágios: (1) identificação e definição de questões, (2) dados, pesquisa e análise, (3) formulação de políticas, (4) consulta de políticas, (5) adoção de políticas, (6) implementação de políticas, e (7) monitorização e avaliação de políticas. Tal como indicado na (Figura 1), os dados, a investigação, a análise e a consulta às partes interessadas são fundamentais, tanto como fases específicas do ciclo, como também ao longo de todo o ciclo, para reforçar a eficácia, a adoção e o impacto das políticas. Por exemplo, a consulta às partes interessadas relevantes ou à investigação pode ocorrer antes ou durante o estágio (1) a identificação de questões e, na verdade, ser o gatilho para novas decisões políticas; da mesma forma, são necessários dados durante o estágio (6) implementação para apoiar a avaliação da qualidade que é o último estágio (7) (OIM, 2022).

Por outro lado, para Secchi (2013), as sete fases ou ciclos principais para a formação de políticas públicas, abrangem: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, e 7) extinção. Entretanto, a visão de Secchi (2013) ressalta a linearidade e a estruturação do ciclo de políticas públicas, delineando claramente cada estágio do

processo. No entanto, como apontado por Torelly et al. (2022), a complexidade da realidade política muitas vezes desafia essa linearidade, levando a sobreposições de fases, implementações apressadas e adaptações prematuras. A política pública, especialmente no contexto da migração, é influenciada por fatores políticos, econômicos e sociais em constante mudança, o que pode requerer ajustes e revisões ao longo do tempo.

Dentro dessa discussão, Torelly et al. (2022) também enfatizam a importância da consulta contínua às partes interessadas ao longo de todo o ciclo de políticas públicas, destacando como isso pode enriquecer a formulação da política. Essa perspectiva de envolvimento constante das partes interessadas é relevante, considerando a pressão da opinião pública e a dinâmica das relações entre os atores envolvidos, conforme apontado por Secchi (2016).

Portanto, a flexibilidade e a capacidade de adaptação emergem como qualidades cruciais para enfrentar os desafios complexos e dinâmicos associados à migração e para garantir que as políticas sejam eficazes e relevantes em contextos em constante evolução. Enquanto o Ciclo de Políticas Públicas fornece um modelo estruturado, a realidade política muitas vezes exige uma abordagem mais flexível e adaptativa, como destacado por Torelly et al. (2022) e Secchi (2016). Logo, a complementaridade entre essas perspectivas reside na busca por um equilíbrio entre a estruturação do ciclo de políticas e a flexibilidade necessária para lidar com a natureza dinâmica do processo político.

Ou seja, as diferentes abordagens destacam a importância da metodologia do ciclo de políticas públicas, mas também ressaltam a necessidade de flexibilidade e adaptação na prática política. Enquanto o Ciclo de Políticas Públicas fornece um modelo estruturado, a realidade política muitas vezes requer ajustes e considerações específicas. Em última análise, a eficácia das políticas públicas depende não apenas da metodologia adotada, mas também da compreensão profunda do contexto e da capacidade de lidar com desafios imprevisíveis. Como afirmou Schattschneider (1960 apud Capella, 2018, p. 68), "a definição das alternativas é o instrumento supremo do poder", destacando a importância de compreender a dinâmica do poder político na formulação de políticas públicas. Essa citação enfatiza que quem controla as opções disponíveis também controla as decisões políticas, um princípio essencial na análise da construção de agendas políticas e sua influência nas políticas públicas (Capella, 2018).

No contexto das políticas públicas na América Latina, Saravia (2006), afirma fornecer uma especificação mais detalhada do ciclo de políticas públicas

tradicionalmente consideradas: formulação, implementação e avaliação. Isso envolve, por exemplo, a diferenciação entre elaboração e formulação. A primeira etapa, a elaboração, refere-se à preparação da decisão política, enquanto a formulação se concentra na decisão propriamente dita, ou seja, a decisão tomada por um político ou pelo Congresso e sua formalização por meio de uma norma jurídica. Além disso, a implementação precisa ser desmembrada em duas fases distintas: a preparação para a execução, que envolve a elaboração de planos, programas e projetos, e a execução real, que se refere à implementação prática da decisão política. Essa distinção é fundamental, uma vez que cada uma das etapas oferece terreno para diferentes tipos de negociações e desafios no processo de políticas públicas.

De acordo com Saravia (2006), a etapa de implementação envolve o planejamento e a organização do aparato administrativo, bem como a gestão dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política pública. Essa fase é essencialmente uma preparação para a efetiva implementação da política, incluindo a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão que ela seja concretizada.

Segundo Hill (1993), a implementação diz respeito a objetivos específicos e envolve a tradução prática das políticas que emergem do complexo processo decisório. Os "efeitos" se referem aos resultados conjuntos da decisão política e da implementação, ou seja, o que realmente aconteceu na prática como resultado da execução da política (SARAVIA, 2006).

No entanto, as precondições para uma implementação perfeita são difíceis de serem atendidas na prática. Hogwood e Gunn (1981), argumentam que a implementação ideal só seria possível se as circunstâncias externas ao agente encarregado da implementação não impusessem obstáculos insuperáveis. Isso inclui a disponibilidade de tempo adequado e recursos suficientes, a existência de uma teoria de causa e efeito válida como base para a política, uma relação direta entre causa e efeito sem muitos obstáculos de interferência, poucas relações de dependência, um entendimento comum e acordo sobre os objetivos, tarefas totalmente especificadas e em sequência correta, comunicação perfeita e coordenação, e a capacidade das autoridades de obter obediência perfeita (SARAVIA, 2006).

É evidente que alcançar todas essas precondições é uma tarefa árdua na realidade da implementação de políticas públicas, o que torna a implementação perfeita uma meta difícil de ser alcançada. A complexidade e as nuances envolvidas no processo de implementação tornam as políticas públicas suscetíveis a desafios e

obstáculos diversos, muitos dos quais são difíceis de prever e gerenciar de maneira eficaz. Portanto, embora a implementação seja uma parte vital do ciclo de políticas públicas, a realização de implementações "perfeitas" é uma aspiração complexa na prática (SARAVIA, 2006).

Como vimos a partir da visão de Capella (2006), Saravia (2006), Secchi (2013; 2016) e Torelly et al (2022), o debate sobre o ciclo de políticas públicas envolve uma série de perspectivas complementares que enfatizam a importância da metodologia do ciclo, mas também destacam a necessidade de flexibilidade e adaptação na prática política. Este diálogo inclui várias vozes, começando com a estruturação tradicional do ciclo de políticas públicas e evoluindo para uma compreensão mais adaptável das políticas públicas.

No modelo clássico do ciclo de políticas públicas, há sete etapas ou estágios, desde a identificação e definição de questões até a monitorização e avaliação. O ciclo é apresentado como um processo linear e estruturado, mas reconhece a importância de dados, pesquisa, análise e consulta às partes interessadas para a eficácia das políticas. Esse enfoque destaca a influência das evidências e do envolvimento das partes interessadas nas diferentes fases do ciclo.

Concluindo, essa discussão ressalta que a implementação de políticas públicas é um processo complexo, que requer um equilíbrio entre a estruturação do ciclo de políticas e a flexibilidade necessária para lidar com a natureza dinâmica do processo político. Portanto, embora o ciclo de políticas públicas forneça uma estrutura, a realidade política frequentemente exige uma abordagem mais adaptável para garantir que as políticas sejam eficazes e relevantes em contextos em constante evolução. A compreensão profunda do contexto e a capacidade de lidar com desafios imprevisíveis são essenciais para a eficácia das políticas públicas.

3.3 Avaliação De Políticas Públicas: Uma Discussão Teórica E Prática

A avaliação de políticas públicas é indispensável na gestão pública contemporânea, auxiliando não apenas na medição dos resultados, mas também na correção de rumos e na formulação de novas intervenções. A crescente demanda por transparência e eficiência reforça a importância desse processo, especialmente em contextos de crise e transformação social. A avaliação, além de medir impactos, promove maior accountability e alinha ações governamentais às necessidades emergentes da sociedade (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017; SECCHI, 2016).

A prática avaliativa pode ser classificada em diferentes etapas. As avaliações

ex-ante ocorrem antes da implementação da política, com o objetivo de prever resultados e orientar a formulação para evitar erros. As avaliações formativas são realizadas durante a execução, possibilitando ajustes contínuos no processo. Por fim, as avaliações ex-post acontecem após a conclusão, verificando se os resultados esperados foram alcançados e identificando efeitos não previstos (ENAP, 2024; OIM, 2022). Baumgartner et al. (2019) argumentam que o tipo de avaliação escolhido depende do contexto, da complexidade da política e dos atores envolvidos.

Em políticas migratórias, por exemplo, abordagens participativas que envolvem beneficiários e stakeholders são fundamentais para capturar nuances que uma análise estritamente quantitativa pode não revelar. A OIM (2022) destaca que incluir migrantes e comunidades locais no processo avaliativo é essencial para garantir a sustentabilidade das intervenções, especialmente em cenários de fluxos migratórios complexos e dinâmicos.

A implementação de avaliações, contudo, enfrenta desafios significativos. Capella (2016) e Souza (2023) apontam a falta de integração de dados entre diferentes níveis de governo e a influência política como obstáculos à eficácia e independência das avaliações. Além disso, há casos em que os relatórios não são plenamente utilizados para aprimorar as políticas futuras, resultando na repetição de erros e perda de oportunidades de aprendizado institucional (SECCHI; PIRES, 2019).

O fortalecimento da governança pública passa por uma maior articulação entre as avaliações e as decisões governamentais. Nesse contexto, ferramentas como big data e sistemas de monitoramento em tempo real têm potencial para transformar a prática avaliativa, promovendo maior transparência e engajamento social. Segundo a ENAP (2024), essas tecnologias facilitam a coleta e análise de dados, permitindo intervenções mais ágeis e informadas.

As perspectivas futuras da avaliação de políticas públicas apontam para um alinhamento mais próximo entre os objetivos governamentais e os resultados mensuráveis. A avaliação de políticas é destacada em Planos Plurianual como um dos pilares da gestão pública no Brasil, visando consolidar uma governança eficiente. Assim, a avaliação transcende a simples mensuração de resultados, tornando-se um processo contínuo e estratégico para promover inovação e aprendizado no setor público.

Portanto, a avaliação de políticas públicas não é apenas uma etapa final do ciclo de políticas, mas sim um componente dinâmico e essencial para aprimorar a gestão pública e responder de forma eficiente às demandas sociais. Sua efetividade depende da articulação entre dados, participação social e independência institucional,

fortalecendo a confiança pública nas instituições e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

3.4 Governança Migratória

Após discutir as políticas públicas, seus ciclos e a avaliação das mesmas, é necessário abordar o conceito de governança migratória. Essa compreensão é fundamental para estabelecer a relação entre as etapas do ciclo de políticas públicas e a formação da agenda governamental. A governança migratória revela a relevância de sua estrutura tanto no nível nacional quanto subnacional (estados e municípios), destacando os elementos essenciais para a definição e implementação de políticas coordenadas e eficazes.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM), uma agência da ONU voltada para as migrações, define Governança Migratória como:

Um conjunto de estruturas combinadas de normas, leis e regulamentos, políticas e tradições, bem como estruturas organizacionais (subnacionais, nacionais, regionais e internacionais) e os processos relevantes que moldam e regulam as abordagens dos Estados no que diz respeito à migração em todas as suas formas, abordando os direitos, responsabilidades e promoção da cooperação internacional" (OIM, 2019, p. 138, apud OIM, 2022).

Embora sua definição esteja centrada no nível governamental ela contempla também atores de diversos setores e níveis administrativos distintos (ver figura 2). Esses conjuntos de instituições podem compor espaços coletivos ou colegiados de discussão, coordenação e gestão das políticas migratórias e no entanto, dentre os atores que comumente participam da construção da governança migratória, tanto no nível nacional quanto no local, destacam-se: a) os atores governamentais: como Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais; b) a sociedade civil: como Organizações Sociais, associações, grupos e coletivos; c) a academia: representada por universidades públicas e privadas, com seus núcleos de pesquisa e de extensão; d) as Organizações Internacionais; e) o Setor privado; f) Associações e grupos de migrantes (Torelly; Anschau e Dias, 2022).



Fonte: OIM, (2022, p. 16)

Como uma forma de apoiar os governos nos processos de planejamento, desenvolvimento, implementação e monitoramento de planos e políticas locais de acolhimento e integração de migrantes, existem os marcos de governança migratória – a nível internacional e nacional.

Os principais marcos em nível internacional e nacional destacados por Torelly *et al.* (2022), conforme a tabela 1 são:

Tabela 1 – Marcos Internacionais e Nacionais das Políticas Migratória

| Tipo | Ano | Marco | Descrição |
|---------------|------|--|---|
| Internacional | 1951 | Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados | Define os direitos dos refugiados e as responsabilidades dos países signatários em relação à proteção e assistência aos refugiados. |
| Internacional | 1967 | Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados | Expande a Convenção de 1951, removendo as restrições geográficas e temporais da definição de refugiado. |
| Internacional | 1990 | Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e de Seus Familiares | Estabelece normas internacionais para a proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e seus familiares. |
| Internacional | 2000 | Declaração de Durban | Enfatiza a importância da cooperação internacional para enfrentar os desafios da migração e promover a integração e o respeito pelos direitos humanos. |
| Internacional | 2016 | Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular | Define 23 objetivos para uma migração segura e ordenada, abordando aspectos como a proteção dos migrantes e a promoção da cooperação internacional. |
| Nacional | 1988 | Constituição Federal do Brasil | Estabelece direitos fundamentais para todos os indivíduos no Brasil, incluindo migrantes e refugiados, e define a base legal para políticas públicas migratórias. |
| Nacional | 2004 | Lei nº 10.683 | Cria a Secretaria da Justiça e Cidadania, que desempenha papel crucial na implementação de políticas migratórias e na proteção de direitos dos migrantes. |
| Nacional | 2017 | Lei nº 13.445 | Estabelece a Lei de Migração, substituindo a antiga Lei de Estrangeiros e promovendo uma abordagem mais humanitária e integrada para a migração. |
| Nacional | 2020 | Plano Nacional de Migração e Refugiados | Define diretrizes e estratégias para a gestão da migração e proteção dos refugiados no Brasil, alinhando-se com compromissos internacionais. |
| Nacional | 2021 | Programa de Interiorização de Migrantes | Iniciativa para promover a distribuição equitativa dos migrantes por diferentes regiões do Brasil, aliviando a pressão sobre as áreas mais afetadas. |

Fonte: O autor (2024).

A tabela apresentada evidencia a evolução das políticas migratórias através de marcos internacionais e nacionais, oferecendo uma visão detalhada das influências e diretrizes que moldaram essas políticas ao longo do tempo. Os marcos internacionais, como a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, são cruciais para definir os direitos dos refugiados e as responsabilidades dos Estados. Esse documento, ampliado pelo Protocolo de 1967, removeu restrições temporais e

geográficas, estabelecendo uma proteção global mais ampla para os refugiados. No entanto, ao analisar a aplicação prática dessas normas no contexto brasileiro, é evidente que a implementação enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura adequada e a incapacidade de atender ao crescente número de refugiados, evidenciando a desconexão entre os compromissos internacionais e as condições reais de acolhimento (OIM, 2022)

Outro marco importante é a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e de Seus Familiares de 1990, que estabeleceu normas para a proteção dos trabalhadores migrantes. No entanto, na prática, o Brasil, assim como outros países, enfrenta dificuldades em garantir esses direitos, especialmente no mercado informal, onde muitos migrantes acabam por se inserir. A Declaração de Durban de 2000, embora reafirme a necessidade de cooperação internacional, muitas vezes falha em garantir que os direitos humanos dos migrantes sejam respeitados nas áreas mais vulneráveis (Torelly et al., 2022).

O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, adotado em 2016, é um exemplo de esforço internacional para criar políticas migratórias mais seguras. No entanto, no Brasil, a realidade da aplicação desse pacto esbarra em obstáculos estruturais e burocráticos, que impedem a efetivação de muitas das diretrizes. O Brasil, por exemplo, ainda precisa de uma maior articulação entre os diferentes níveis de governo para garantir uma migração verdadeiramente ordenada e regular (Torelly et al., 2022).

No cenário nacional, a Constituição Federal de 1988 foi um marco ao garantir direitos fundamentais para todos, incluindo migrantes. Contudo, a implementação desses direitos muitas vezes enfrenta resistência prática, especialmente no que diz respeito à garantia de acesso a serviços públicos por parte dos migrantes. A Lei nº 10.683, de 2004, que criou a Secretaria da Justiça e Cidadania, e a Lei nº 13.445, de 2017, que substituiu a antiga Lei de Estrangeiros, representaram avanços importantes, mas na prática há limitações, como a dificuldade de alocação de recursos e a burocracia que impede uma aplicação mais eficiente dessas políticas (Torelly et al., 2022).

Além disso, o Plano Nacional de Migração e Refugiados, de 2020, e o Programa de Interiorização de Migrantes, iniciado em 2021, são iniciativas que demonstram a tentativa de melhorar a gestão migratória no Brasil. No entanto, a eficácia dessas medidas ainda precisa ser melhor avaliada, especialmente considerando as barreiras regionais e as dificuldades de integração dos migrantes em várias partes do país (Torelly et al., 2022).

A análise crítica das políticas migratórias revela que, embora o Brasil tenha assumido compromissos internacionais, a aplicação efetiva desses compromissos encontra desafios significativos. Muitas vezes, as políticas migratórias brasileiras estão desconectadas das necessidades reais dos migrantes, e a falta de participação social no processo de formulação das políticas agrava esse cenário. Conforme analisado por Cardoso (2017), a ausência de participação ativa da sociedade civil leva a uma distância entre a formulação teórica das políticas e sua implementação prática. O resultado é que as políticas acabam sendo limitadas em sua capacidade de inclusão, e muitos migrantes permanecem à margem, sem acesso pleno aos direitos garantidos por lei.

Outro ponto crucial é o financiamento dessas políticas. Embora o Plano Plurianual (PPA) e as Leis Orçamentárias estabeleçam diretrizes para o financiamento de políticas públicas, a realidade orçamentária frequentemente restringe a capacidade dos governos de implementar políticas adequadas para atender às demandas dos migrantes. Isso se reflete diretamente na criação e manutenção de centros de apoio e outros serviços essenciais para a integração dos migrantes (Torelly et al., 2022).

Isto é, embora o Brasil tenha uma estrutura jurídica e institucional robusta para lidar com a migração, a implementação dessas políticas enfrenta desafios práticos, como a falta de recursos, a ausência de participação social eficaz e as barreiras regionais. Isso mostra que, embora os marcos legais estejam alinhados com os padrões internacionais, a prática nem sempre corresponde às expectativas teóricas.

Além disso, embora o Brasil tenha adotado compromissos legais e humanitários por meio de tratados internacionais, como a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, a aplicação prática dessas normas é frequentemente insuficiente. A falta de recursos, infraestrutura e coordenação entre os níveis de governo agrava a situação, comprometendo a eficácia das políticas implementadas (Torelly et al., 2022). Isso indica que, apesar de avanços legais, as práticas ainda estão distantes dos padrões globais de respeito aos direitos humanos.

No que diz respeito à contribuição dos migrantes para a diversidade cultural e econômica, o Brasil tem um potencial significativo para aproveitar suas habilidades, conhecimentos e experiências, mas isso raramente é totalmente reconhecido. A falta de políticas que integrem adequadamente esses indivíduos ao mercado de trabalho resulta em oportunidades perdidas tanto para os migrantes quanto para o desenvolvimento econômico do país.

Portanto, a análise de que uma participação social efetiva é crucial para a formulação de políticas migratórias justas e eficientes é verdadeira. No entanto, a

prática revela que essa participação é frequentemente negligenciada, o que enfraquece a capacidade das políticas de refletir as necessidades e direitos dos migrantes. Os governos precisam garantir não apenas o cumprimento das normas internacionais, mas também adotar práticas participativas que integrem todos os atores sociais no processo decisório.

Com base na revisão teórico-empírica apresentada, foi possível entender as dinâmicas que envolvem a formulação e implementação de políticas públicas no contexto migratório, com destaque para a importância da governança colaborativa e da avaliação contínua dessas políticas. As teorias e conceitos discutidos fornecem uma estrutura conceitual sólida para as análises que seguem. A partir dessa base teórica, o próximo capítulo explora o perfil migratório do estado do Paraná, oferecendo uma visão detalhada das características da população migrante e contextualizando como essas dinâmicas influenciam as políticas públicas analisadas posteriormente.

4 PERFIL MIGRATÓRIO DO ESTADO DO PARANÁ

No segundo capítulo forneceremos um panorama abrangente do perfil migratório do Estado do Paraná. Inicialmente, será apresentada uma introdução ao perfil migratório, destacando o histórico da migração no estado e suas tendências recentes. Em seguida, será abordada a composição demográfica dos migrantes, incluindo informações sobre nacionalidades, grupos étnicos, faixa etária e gênero. Além disso, serão discutidas as causas e motivações da migração, abrangendo aspectos econômicos, sociais e políticos. Por fim, será analisada a distribuição geográfica dos migrantes no Paraná, identificando as principais cidades e regiões de concentração, bem como o impacto dessas migrações nas comunidades locais. O capítulo visa oferecer uma visão abrangente e detalhada do fenômeno migratório no estado.

4.1 Introdução ao Perfil Migratório

A influência dos imigrantes na cultura brasileira é inegável e vasta. No Paraná, essa influência é notável ao longo de sua história, uma vez que o estado recebeu imigrantes de diversas origens étnicas, contribuindo para a formação de uma sociedade culturalmente diversa. Como destacado por Priori *et al.* (2012), no século XVIII, a densidade populacional no Paraná ainda era baixa, e a sociedade luso-brasileira não estava plenamente consolidada. Diante da necessidade de ocupação de espaços vazios e da falta de mão de obra, foi implementada uma política de incentivo à imigração, apresentando o Brasil como uma terra de oportunidades em contraste com as adversidades enfrentadas na Europa.

Desde a fundação da primeira colônia de alemães em Rio Negro, em 1829, até o estabelecimento dos holandeses na colônia de Carambeí, em 1911, mais de 100 núcleos coloniais foram formados, abrigando cerca de 100 mil colonos em seu território. A política imigratória, impulsionada pelo Ato Adicional de 1834, delegou aos

governos provinciais têm a competência para promover e estimular o estabelecimento de colônias, marcando um novo estímulo ao programa imigratório no Paraná.

Nesse cenário, a diversidade étnica e cultural foi uma característica marcante, com a chegada não apenas de alemães, italianos e poloneses, mas também de franceses, suíços, ucranianos, holandeses e outros grupos (Perussolo, 2007). A localização estratégica das colônias agrícolas ao redor dos centros urbanos foi uma resposta à escassez de produtos agrícolas e de subsistência, contribuindo para abastecer os mercados internos e impulsionar a economia local.

A imigração para o Paraná foi fortemente influenciada por questões econômicas, conforme apontado por Priori *et al.* (2012). Os imigrantes que chegaram ao estado, muitos como colonos, tiveram que desbravar terras e estabelecer suas próprias lavouras, impulsionando o desenvolvimento da agricultura de subsistência na região. Essa imigração não apenas supriu a demanda por mão de obra, mas também contribuiu para o crescimento econômico e territorial do Paraná.

Adicionalmente, Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 158, apud Priori *et al.*, 2012, p. 37) destacam que o Ato Adicional de 1834 deu novo estímulo ao programa imigratório, já que o Governo Imperial delegou aos governos provinciais a competência para "promover e estimular, em colaboração com o poder central, o estabelecimento de colônias". No entanto, no caso específico do Paraná, que só se emancipou de São Paulo em 1853, as políticas migratórias locais só começaram a se desenvolver após essa data. Conforme observado por Perussolo (2007), a política migratória no Paraná teve como objetivo não apenas atender às demandas econômicas, mas também promover a formação de uma classe média composta por pequenos proprietários rurais, artesãos e comerciantes.

Esses processos migratórios apresentaram particularidades em relação a outras regiões do Brasil, como apontado por Priori *et al.* (2012). Diferentemente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde foram estabelecidos núcleos de colonização compacta com uma única etnia, no Paraná, os núcleos coloniais acabaram sendo formados por duas ou mais etnias. Essa heterogeneidade étnica influenciou não apenas a configuração demográfica da região, mas também as relações de trabalho, contribuindo para a transição gradual para um modelo de trabalho assalariado, especialmente nos centros urbanos.

A transferência gradual de descendentes de imigrantes para os centros urbanos também marcou o processo histórico do Paraná, como ressaltado por Priori *et al.* (2012). No entanto, as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no Paraná,

incluindo a falta de apoio, terras inférteis e ausência de infraestrutura básica, causaram um impacto negativo na imigração, levando a uma crise no final do século

XIX. A retomada do processo imigratório com mais ênfase a partir de 1885 representou uma tentativa de superar esses desafios e revitalizar a política imigratória iniciada por seus antecessores.

O Paraná testemunhou um fluxo migratório ao longo dos séculos XIX e XX, recebendo milhares de imigrantes de diversas nacionalidades. Os registros históricos apontam que, até o ano de 1934, ingressaram no estado aproximadamente 101.331 imigrantes, com os poloneses, ucranianos, alemães, italianos e outros grupos sendo os mais representativos desse contingente (Martins, 1941, Priori et al., 2012, p.39-40). A contribuição desses imigrantes para a diversidade étnica e cultural do Paraná é inestimável, deixando marcas que perduram até os dias atuais.

O estado do Paraná está localizado no sul do Brasil, e sua escolha como cenário para esta pesquisa se deve à sua relevância econômica e agrícola no cenário nacional, além do aumento da migração internacional nos últimos anos. O Paraná é um dos principais produtores agrícolas do país, destacando-se na produção de grãos, carne e produtos agroindustriais, fatores que atraem fluxos migratórios em busca de melhores condições de vida e trabalho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do estado, em 2021, era de 11.597.484 pessoas. Dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra) registram que, entre janeiro de 2000 e março de 2022, 118.991 migrantes obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes do estado (NEPO/UNICAMP, 2022 apud MIGRACIDADES, 2022).

No entanto, a questão migratória no estado do Paraná, em um contexto mais atual, revela uma realidade marcada por desafios e esforços institucionais para a integração e acolhimento dos migrantes. O aumento do fluxo migratório no Paraná está intimamente relacionado aos acordos regionais e bilaterais estabelecidos ao longo dos anos. De acordo com Lima (2017), os acordos em torno do Acordo de Livre Trânsito e Residência do Mercosul, Bolívia e Chile, posteriormente ampliado com a adesão de Colômbia, Equador e Peru, simplificaram a obtenção de residência temporária e isentaram a exigência de visto prévio. Apesar de entrar em vigor no bloco regional apenas em 2009 devido ao atraso na ratificação pelo Paraguai, Argentina e Brasil optaram por implementá-lo bilateralmente em 2006.

A concentração dos imigrantes no Paraná, especialmente na região metropolitana da capital e nas áreas fronteiriças, é evidente. Em 2015, Curitiba foi o principal destino dos trabalhadores estrangeiros, seguido por outras cidades como

Cascavel, Foz do Iguaçu e Maringá (AEN, 2016 *apud* Lima, 2017). Estimativas da Casla (Casa Latino-Americana) indicam que a capital abrigava entre 15 e 19 mil imigrantes e refugiados em 2015, com cerca de 4 mil haitianos e um número crescente de sírios (CURITIBA, 2015, *apud* LIMA, 2017).

O estado do Paraná recebeu um número expressivo de migrantes internacionais, incluindo haitianos e venezuelanos, entre outros. Entre abril de 2018 e outubro de 2022, o Paraná acolheu cerca de 15.286 venezuelanos por meio da estratégia de interiorização do Governo Federal (MIGRACIDADES, 2022). Esse número é expressivo quando comparado a outros estados da região Sul e do Brasil como um todo. Na região Sul, o Paraná se destaca ao lado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que também têm recebido um fluxo considerável de migrantes, especialmente venezuelanos, haitianos e senegaleses, atraídos pelas oportunidades de emprego na indústria, agricultura e construção civil. Santa Catarina tornou-se um polo de atração para trabalhadores da indústria têxtil e de tecnologia, enquanto o Rio Grande do Sul se destacou na agroindústria e setores metalúrgicos. O Paraná, por sua vez, apresenta uma robusta produção agrícola e crescimento no setor de serviços.

Os números de migrantes entre 2000 e 2021, de acordo com o Relatório MigraCidades (2021), revelam um aumento gradual no fluxo de migrantes para o Paraná ao longo das duas primeiras décadas deste século. Em 2000, o estado recebeu cerca de 1.506 migrantes, número que aumentou progressivamente, chegando a 11.807 em 2016. Esse crescimento está associado ao aumento de políticas de acolhimento e eventos globais que impulsionaram a migração para o Brasil, como crises em países da América Latina e programas de interiorização do Governo Federal, como o caso dos venezuelanos. Contudo, a partir de 2020, devido à pandemia de COVID-19 e seus impactos, o número de migrantes diminuiu para 7.050 em 2021 conforme a tabela abaixo:

Tabela 2 - Números de Migrantes no Paraná (2000-2021)

| Ano | Número de Migrantes |
|------|---------------------|
| 2000 | 1.506 |
| 2004 | 1.600 |
| 2008 | 1.761 |
| 2012 | 4.641 |
| 2016 | 11.807 |

| Ano | Número de Migrantes |
|------|---------------------|
| 2020 | 8.080 |
| 2021 | 7.050 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Já a interiorização dos migrantes revelada no Relatório MigraCidades (2022), detalha as modalidades pelas quais os migrantes são acolhidos e realocados no Paraná (ver a tabela 3). A modalidade mais comum é a "Reunião Social", que envolve integração comunitária, representando 63% dos casos. Seguem-se a "Reunificação Familiar" com 16%, em que migrantes são reunidos com parentes, e a modalidade "Institucional", responsável por 10%, que inclui o acolhimento por instituições governamentais ou sociais. Esse processo de interiorização reflete os esforços do estado e do Governo Federal para distribuir de maneira equilibrada a população migrante em diferentes regiões

Tabela 3 - Interiorização dos Migrantes

| Modalidade | Percentual |
|-----------------------|------------|
| Reunião Social | 63% |
| Reunificação Familiar | 16% |
| Institucional | 10% |

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A institucionalização de políticas para imigrantes no Paraná começou a ganhar forma com a criação do Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes (CERM) em 2012. Este órgão, posteriormente substituído pelo Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA), tinha como objetivo elaborar e monitorar um plano estadual de políticas para refugiados e migrantes (PARANÁ, 2012).

Quanto à distribuição territorial, observou-se no Paraná uma concentração da população imigrante na região metropolitana da capital e na região fronteiriça. Segundo dados do Ministério do Trabalho, Curitiba, em 2015, foi o destino principal dos trabalhadores estrangeiros no estado (4.529 imigrantes). Em segundo lugar vem Cascavel (1.568), seguido por Foz do Iguaçu (1.296), Maringá (915), São José dos

Pinhais (707), Toledo (448), Londrina (403), Pato Branco (389), Pinhais (368) e Dois Vizinhos (337) (AEN, 2016). Os dados fornecidos pela Casla também apontam para a concentração da população imigrante especialmente na capital. De acordo com estimativas da ONG, a cidade abrigava entre 15 e 19 mil imigrantes e refugiados dos 60 mil residentes no Paraná em 2015. A Casla estipulou ainda que apenas na capital há cerca de 4 mil haitianos, mas que em decorrência da guerra o número de sírios já ultrapassaria o de haitianos; porém, ainda não possui estatísticas desse grupo (CURITIBA, 2015, *apud* LIMA, 2017).

Em 2015, os trabalhadores haitianos já representavam a maior parcela da população estrangeira no mercado de trabalho formal no Paraná. Em 2015, eram 6.989 haitianos com emprego no Estado, 42% do total. Em segundo lugar estavam os paraguaios (3.393), seguidos pelos argentinos (694), portugueses (433) e os da região de Bengala (Nordeste da Ásia meridional), que somaram 369 trabalhadores (CURITIBA, 2015, *apud* LIMA, 2017, p. 158).

No entanto, a falta de incentivos fiscais para empresas que empregam migrantes e refugiados é um desafio identificado. Apesar disso, iniciativas privadas e organizações como a Universidade Federal do Paraná, Cáritas Brasileira e a Casa Latino Americana têm desempenhado papéis importantes na integração e acolhimento dos migrantes, enfrentando obstáculos como a burocracia e o preconceito. O Programa Lampedusa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e organizações como a ASHBR (Associação para a Solidariedade dos Haitianos) e a UCEPH (União Da Comunidade Dos Estudantes E Profissionais Haitianos) também são exemplos de esforços para apoiar e integrar migrantes no estado (ENTREMEIOS, 2019).

Apesar desses esforços institucionais, uma enquete online realizada durante o Simpósio "Refugiados e Migrantes no Paraná: Como Acolher e Integrar", revelou que 79% dos respondentes consideram as políticas públicas para refugiados e migrantes no Paraná como insuficientes. Um dos desafios identificados é a falta de incentivos fiscais para empresas que empregam migrantes e refugiados. No entanto, algumas iniciativas privadas têm surgido, como a plataforma Empresas com Refugiados, que busca promover a integração dessas pessoas no mercado de trabalho brasileiro (ENTREMEIOS, 2019).

A plataforma Empresas com Refugiados é uma iniciativa colaborativa que visa conectar empresas interessadas em contratar refugiados e migrantes com esses potenciais trabalhadores. Lançada pelo ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) em parceria com o Pacto Global, a plataforma atua como um canal de comunicação e incentivo para que as empresas brasileiras possam contribuir para a integração

socioeconômica de refugiados e migrantes. Além de facilitar o processo de contratação, a plataforma também oferece orientações e suporte para as empresas, ajudando-as a entender as particularidades legais e culturais envolvidas na contratação desse grupo de pessoas. Isso inclui a disponibilização de materiais informativos, treinamentos para gestores e a divulgação de boas práticas de inclusão no ambiente de trabalho. A plataforma tem sido fundamental para ampliar as oportunidades de emprego para refugiados e migrantes no Brasil, promovendo a inclusão social e econômica desses indivíduos em situação de vulnerabilidade (ENTREMEIOS, 2019).

Para lidar com essas demandas, o Estado do Paraná instituiu o Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM), vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU) por meio do Decreto nº 5232/2016. O CEIM tem por objetivo oferecer informações a migrantes, refugiados e apátridas quanto ao acesso a serviços públicos estaduais e municipais sendo que a maioria dos migrantes procura o CEIM em busca de oportunidades de trabalho. Além disso, o Estado possui dois Planos Estaduais de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas, formulado em 2014-2016 e outro de 2022-2025, e um Protocolo de Intenções em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

Outra iniciativa importante é o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), instituído pela Lei 18.465, de 24 de abril de 2015, o CERMA/PR, vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU) com caráter consultivo e deliberativo. Integrado, paritariamente, por representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil organizada, tem o objetivo de assegurar a participação social e o diálogo para formulação de políticas públicas. A Fundação de Ação Social (FAS) em Curitiba atende a uma grande quantidade de migrantes de diversos países, enquanto Pastoral do Migrante-PR também oferece suporte a cerca de 200 pessoas (ENTREMEIOS, 2019).

A dimensão espacial do subsistema político-administrativo em torno das políticas para imigrantes no Paraná, é essencial para compreender o contexto mais amplo dessas iniciativas. O Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes (CERM), instituído em 2012, foi um passo importante nesse sentido. Funcionando até 2015, quando foi substituído pelo Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA), o CERM teve um papel fundamental na elaboração e implementação de políticas de atenção a refugiados e migrantes (Lima, 2017).

Como vimos, o capítulo sobre o perfil migratório no estado do Paraná revelou

importantes características e tendências sobre os grupos migrantes que se estabelecem no estado, além de suas necessidades e desafios específicos. Esse diagnóstico permite compreender melhor a relação entre a estrutura demográfica e as demandas sociais, econômicas e culturais que influenciam a criação de políticas públicas voltadas à inclusão dos migrantes. Com essa compreensão em mente, o capítulo seguinte se aprofunda na análise das políticas públicas migratórias do estado, examinando de que forma essas políticas buscam responder aos desafios apresentados e quais resultados têm alcançado até o momento com base nos dois Planos Estaduais de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas, formulado em 2014-2016 e outro de 2022-2025 e o Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Estadual para Migrantes e Refugiados do Paraná 2014-2016.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MIGRATÓRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

Como foi abordado no primeiro tópico do referencial teórico deste estudo, os administradores públicos têm à sua disposição diversas estratégias para lidar com questões migratórias. Uma delas consiste na designação de um órgão específico como ponto focal para tratar dessas questões, o que pode promover uma coordenação eficaz entre as diferentes áreas envolvidas. Uma alternativa é a criação de uma entidade dedicada exclusivamente ao desenvolvimento e monitoramento das políticas migratórias, assegurando assim uma abordagem especializada. Outra possibilidade é a formação de um Grupo de Trabalho ou Comitê, composto por representantes de diversas áreas, o que garante uma visão abrangente da gestão migratória. O último modelo é especialmente relevante para incorporar as necessidades específicas dos migrantes dentro das diretrizes e políticas já existentes. Agora, no quarto capítulo, iremos apresentar e analisar as políticas públicas no Estado do Paraná, por meio dos dois planos estaduais de políticas públicas destinadas a migrantes, refugiados e apátridas Paraná (OIM, 2022).

No Primeiro Plano Estadual para Migrantes e Refugiados do Paraná (2014-2016), foram estabelecidas políticas nas áreas de educação, saúde, trabalho, segurança pública e assistência social. Esse plano contemplava ações como a criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA), responsável pela coordenação e monitoramento das políticas migratórias, e o incentivo à formação de redes intersetoriais com órgãos municipais e estaduais. Outras políticas incluíam o acesso ao ensino regular para migrantes e a oferta de cursos de Língua Portuguesa para facilitar a integração cultural e social. No âmbito da saúde, buscava-se garantir o atendimento básico e acesso ao Cartão SUS para migrantes, além da inclusão de migrantes em programas de assistência social, como o CadÚnico e o Bolsa Família.

O quadro a seguir apresenta de forma organizada as políticas de acordo com os eixos temáticos abordados no primeiro plano:

Quadro 1: Ações Propostas no Primeiro Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas no Paraná (2014-2016)

| Dimensão | Política Pública | |
|---|---|---|
| Institucional – Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliar o conhecimento e a informação disponível à população em geral sobre a temática da Migração, Refúgio e Apatridia. 2. Sensibilizar servidores da justiça sobre os direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas. | |
| | <ol style="list-style-type: none"> 3. Formular ações específicas para tratamento de migrantes, refugiados e apátridas nas penitenciárias. | |
| | <ol style="list-style-type: none"> 4. Viabilizar convênios das Secretarias de Estado, Comitês e Conselhos com os órgãos que levantem e processem informações de dados sobre Migração, Refúgio e Apatridia, para a criação de banco de dados. | |
| | <ol style="list-style-type: none"> 5. Propor a criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. 6. Encaminhar consultas aos órgãos federais sobre procedimentos regulatórios de revalidação de diploma e outros aspectos referentes ao Ensino Superior. | |
| | Econômica – Trabalho. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover esforços objetivando a inclusão de Migrantes, Refugiados e Apátridas, nos mesmos direitos dos nacionais, através do Programa de Intermediação de Mão de obra e Seguro Desemprego. |
| | | <ol style="list-style-type: none"> 2. Pré-matricular os migrantes, refugiados e apátridas nos cursos de qualificação profissional ofertados pelo PRONATEC nas modalidades: Trabalhador e Seguro Desemprego, bem como para cursos promovidos por instituições parceiras (ONGS) ou por meio de convênios firmados. |
| <ol style="list-style-type: none"> 3. Promover a capacitação dos funcionários dos postos das Agências do Trabalhador do Estado para o atendimento aos Migrantes, Refugiados e Apátridas. | | |
| <ol style="list-style-type: none"> 4. Promover palestras informativas para os | | |

| | |
|--|--|
| | Migrantes, Refugiados e Apátridas sobre inserção no mercado de trabalho. |
| Social e Cultural – Educação; Família e Desenvolvimento Social; Saúde. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Articular a inserção da temática da Migração, Refúgio e Apatrida em espaços educativos e de formação 2. Desenvolver programas de Ensino de Língua Portuguesa para Migrantes, Refugiados e Apátridas. 3. Estimular e desenvolver programas de Ensino de Língua Estrangeira para funcionários e agentes dos órgãos públicos que atendem as comunidades de Migrantes Refugiados e Apátridas. 4. Garantir o pleno acesso para Migrantes, Refugiados e Apátridas à educação em todos os níveis e modalidades de ensino. |
| | <ol style="list-style-type: none"> 5. Realizar levantamento junto aos municípios sobre o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais aos Migrantes, Refugiados e Apátridas. 6. Ampliar os serviços existentes de acolhimento para Migrantes, Refugiados e Apátridas. 7. Promover esforços, objetivando a inclusão de Migrantes, Refugiados e Apátridas, nos mesmos direitos, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais dos brasileiros. |
| | <ol style="list-style-type: none"> 8. Divulgar e orientar os serviços de saúde no Estado e Municípios para garantir o acesso e cuidado dos principais agravos físicos e psicossociais, bem como agravos específicos (alimentação e hábitos), que acometem a população Migrante, Refugiada e Apátrida. |
| Proteção e Segurança – Segurança Pública. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliar o conhecimento e a informação disponível à população em geral sobre a temática da Migração, Refúgio e Apatridia. |

| | |
|--|--|
| | <ol style="list-style-type: none"> 2. Sensibilizar órgãos de segurança sobre os direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas. 3. Viabilizar convênios das Secretarias de Estado, Comitês e Conselhos com os órgãos federais e entidades da sociedade civil que contenham informações de dados sobre Migração, Refúgio e Apatridia, para a criação de banco de dados. |
|--|--|

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As políticas públicas do Plano Estadual para Migrantes e Refugiados do Paraná 2014-2016 foram organizadas em diferentes eixos temáticos para refletir melhor as áreas temáticas ou frentes de atuação do governo. Assim, os eixos como educação, família e desenvolvimento social, saúde, trabalho, justiça, cidadania e direitos humanos, segurança pública que, no contexto das políticas migratórias, são igualmente relevantes para a análise multidimensional que nos propusemos a fazer neste capítulo. Para isso, faremos a substituição de “eixos” por dimensões sem alterar o conteúdo ou o propósito dessas categorias.

Primeiramente, a dimensão institucional inclui políticas que têm como objetivo estabelecer a estrutura organizacional, administrativa e legislativa necessária para garantir a implementação das políticas públicas. Um exemplo disso é a criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA), que exerce um papel importante no monitoramento das políticas migratórias no estado. Além disso, a formalização de convênios com órgãos para o levantamento de dados sobre migração, refúgio e apatridia busca estabelecer parcerias interinstitucionais para aprimorar a coleta de informações. A capacitação dos funcionários públicos, por meio de cursos e treinamentos, também faz parte dessa dimensão, visando melhorar o atendimento e fortalecer a estrutura institucional. Por fim, a descentralização do Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas (CEIM) procura aumentar o acesso às informações e serviços, especialmente em regiões mais distantes.

A dimensão econômica concentra-se nas políticas que facilitam a inserção dos migrantes no mercado de trabalho e melhoram suas condições econômicas. A inclusão dos migrantes no programa de intermediação de mão de obra e seguro-desemprego é uma das ações, buscando ampliar o acesso dos migrantes a empregos formais e aos benefícios trabalhistas. Além disso, a oferta de pré-matrículas em cursos

de qualificação profissional, como o PRONATEC, visa preparar os migrantes para o mercado de trabalho. Complementando essas medidas, o cadastramento dos migrantes no CadÚnico e em programas sociais busca garantir acesso a benefícios sociais, como o Bolsa Família e o Programa Luz Fraterna, oferecendo suporte básico.

Na dimensão social e cultural, as políticas se concentram na integração dos migrantes na sociedade brasileira. A inserção da temática da migração, refúgio e apatridia nos currículos escolares busca sensibilizar estudantes sobre essas questões, promovendo a conscientização sobre a diversidade e os direitos humanos. Da mesma forma, os cursos de Língua Portuguesa para migrantes e refugiados auxiliam no aprendizado da língua local, contribuindo para a integração cultural e social. Campanhas de conscientização sobre migração e refúgio também são realizadas para educar a sociedade sobre a importância do acolhimento dos migrantes. Por fim, a criação de cartilhas multilíngues sobre direitos, serviços e benefícios tem o propósito de fornecer informações acessíveis para orientar os migrantes quanto aos serviços disponíveis.

A dimensão de proteção e segurança abrange as políticas voltadas para garantir a segurança física, jurídica e social dos migrantes. Entre essas políticas, está o acesso aos serviços de saúde e apoio psicossocial, assegurando que os migrantes possam receber atendimento médico e psicológico, especialmente em situações de vulnerabilidade. Para reforçar essa proteção, existe a sensibilização de órgãos de segurança pública em relação aos direitos dos migrantes, por meio da capacitação de policiais e agentes de segurança, de forma que esses profissionais compreendam e apliquem a legislação nacional e internacional. Outra iniciativa é a realização de reuniões e cursos de capacitação para agentes penitenciários, com foco no tratamento dos migrantes nas prisões. Além disso, a criação de vagas em abrigos e casas de acolhimento visa garantir apoio para migrantes em situação de necessidade urgente de abrigo.

Já o Segundo Plano Estadual (2022-2025) foi elaborado para superar as lacunas identificadas no plano anterior, reforçando políticas de acolhimento e proteção social. Este plano prioriza a ampliação do acesso a direitos básicos, com foco em assistência psicossocial e suporte jurídico para migrantes em situação de vulnerabilidade. Entre as novas diretrizes, destaca-se a promessa de expansão das vagas de acolhimento em abrigos e a criação de cartilhas informativas multilíngues para facilitar o acesso dos migrantes aos serviços disponíveis. Além disso, foram estabelecidos programas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra, voltados para a inserção de migrantes no mercado de trabalho local, fortalecendo a perspectiva de inclusão

econômica.

O quadro a seguir apresenta as políticas públicas do Segundo Plano organizadas por dimensão.

Quadro 2: Ações Propostas no Segundo Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas no Paraná (2022-2025)

| Dimensão | Política Pública |
|---|--|
| Institucional – Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. | <ol style="list-style-type: none"> <li data-bbox="667 667 1326 902">1. Ampliar o conhecimento sobre migração, refúgio e apatridia entre a população geral e os agentes públicos, incluindo o desenvolvimento de aplicativos móveis com informações específicas. <li data-bbox="667 920 1326 1357">2. Promover campanhas de sensibilização para combater o trabalho escravo, a discriminação e a xenofobia nos ambientes de trabalho, voltadas ao poder público, migrantes e à comunidade. Para facilitar o acesso à informação dos migrantes, implementar estratégias de interiorização do Centro Estadual de Informação e fomentar parcerias que garantam atendimento técnico e jurídico. <li data-bbox="667 1375 1326 1610">3. Fortalecer o Departamento de Direitos Humanos com foco em migrantes e promover capacitações contínuas voltadas ao empoderamento e participação política de migrantes e refugiados. <li data-bbox="667 1628 1326 1912">4. Estimular a matrícula de migrantes em cursos de qualificação profissional, como o PRONATEC, e fomentar o empreendedorismo, incentivando empresas a contratar essa população, criando redes de apoio para inclusão econômica e social. <li data-bbox="667 1930 1326 2175">5. Criar um observatório estadual para o monitoramento das migrações no Paraná e incentivar convênios entre Secretarias de Estado e instituições como MJ, CONARE, DEMIG, DPU e PF, para compilar e processar |

| | |
|--|---|
| | <p>dados sobre migrantes, considerando vulnerabilidades específicas (ex.: idosos, mulheres e LGBTQI+).</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. Incluir campos de nacionalidade e status migratório nos sistemas eletrônicos das políticas de trabalho e socioeducação, assegurando que os registros incluam informações relevantes para políticas públicas mais eficazes. 7. Fomentar a criação de grupos de trabalho e conselhos municipais para aumentar a participação política de migrantes e refugiados em esferas públicas e propor alterações legislativas que garantam a inclusão desses grupos nos conselhos de direitos do estado. 8. Promover conferências temáticas estaduais sobre direitos de migrantes e apátridas para definir estratégias inclusivas e fortalecer sua representação política. 9. Estabelecer parcerias com instituições para oferecer atendimento técnico-jurídico e criar fluxos de atuação em rede. 10. Realizar conferências temáticas estaduais para apresentar propostas e monitorar a implementação das políticas voltadas a migrantes, refugiados e apátridas, consolidando uma rede de apoio intersetorial. |
| <p>Social e Cultural – Educação; Família e Desenvolvimento Social; Saúde; Comunicação e Cultura.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivar a oferta de cursos gratuitos de português para falantes de outras línguas em locais de maior demanda, tanto por instituições de educação quanto por organizações da sociedade civil. 2. Viabilizar a formação continuada de professores e profissionais que atuam com migrantes, refugiados e apátridas, voltada à inclusão, acolhimento e ao combate à xenofobia. 3. Incluir no currículo da Educação Básica e Superior temas como interculturalidade, |

| | |
|--|---|
| | <p>racismo, machismo, LGBTIfobia, xenofobia e intolerância, com o intuito de promover um ambiente educacional inclusivo.</p> <p>4. Criar e ampliar medidas de acesso e permanência de migrantes em Instituições de Ensino Superior (IES) paranaenses, incluindo cursos de graduação e pós-graduação, programas específicos de reingresso e bolsas permanência na Educação Superior.</p> <p>5. Fomentar ações de acesso e permanência na educação básica, com levantamento de dados sobre a inserção de migrantes em escolas e instituições educacionais públicas e privadas, por meio de mapeamento e geoprocessamento.</p> <p>6. Divulgar materiais temáticos impressos e digitais sobre a diversidade cultural de migrantes, promovendo a conscientização e respeito por meio de parcerias com organizações que atuam com essa população. Esse material deve ser amplamente distribuído em espaços da SEED e em outras instituições relacionadas.</p> <p>7. Fortalecer a inclusão de migrantes nos serviços e benefícios socioassistenciais por meio de fluxos de atendimento específicos e acesso a informações em diversas línguas.</p> <p>8. Promover o levantamento e apoio a segmentos vulneráveis da população migrante (como mulheres, idosos, pessoas com deficiência e LGBTQI+), além de impulsionar a criação de fluxos de encaminhamento para crianças e adolescentes desacompanhados.</p> <p>9. Capacitar servidores públicos e profissionais terceirizados para atender migrantes de maneira inclusiva, especialmente no combate à xenofobia e na promoção de uma comunicação social sensível às questões de gênero, etnia e direitos humanos. Essa capacitação também</p> |
|--|---|

| | |
|--|--|
| | <p>se estende à criação de materiais de apoio e à educação permanente para profissionais de saúde e assistência social.</p> <p>10. Compilar dados e informações sobre a população migrante, utilizando mapeamento e geoprocessamento, especialmente para populações em situação de rua. Essa iniciativa visa melhorar o planejamento e a implementação de políticas públicas e fornecer informações estratégicas aos conselhos específicos para o desenvolvimento de propostas de atendimento.</p> <p>11. Criar, fortalecer e ampliar departamentos dedicados à promoção e proteção dos direitos humanos, com enfoque especial na defesa dos direitos dos migrantes, refugiados e apátridas. Isso inclui a articulação intersetorial entre políticas públicas e organizações da sociedade civil para promover ações coordenadas.</p> |
| <p>Proteção e Segurança – Segurança Pública.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar cartilha multilíngue, e disponibilizá-la em plataforma online sobre direitos, direcionada à população migrante, refugiada e apátrida (violência doméstica e familiar, criança e adolescente, jovem, idoso, LGBTfobia, racismo, injúria racial e crimes patrimoniais) indicando os órgãos responsáveis pela garantia de direitos dessa população. 2. Elaborar e aprovar Resoluções e Instruções Normativas para atendimento da população migrante, refugiada e apátrida, quando autores e vítimas de crimes, direcionadas aos profissionais de segurança pública. 3. Organizar seminários anuais sobre a temática dos direitos humanos, aprofundando as especificidades da população migrante, refugiada e apátrida, promovidos pelas Escolas de Ensino, Polícia Civil e Militar (Academia do GUATUPÊ, Núcleo de Proteção a Idosos e Vulneráveis e ESPC), em cooperação com o |

| | |
|--|---|
| | CERMA e guardas municipais. |
| | <p>4. Promover e ampliar, em todo Estado, o debate sobre temas de direitos humanos nas ações de formação continuada das forças policiais, incentivando a participação do CERMA e de organizações da sociedade civil nesse processo, garantindo a atuação em conformidade com a proteção dos direitos humanos.</p> <p>5. Formular ações específicas para o reforço da proteção dos direitos de migrantes, refugiados e apátridas nas Unidades Penitenciárias do Estado.</p> <p>6. Estabelecer o Núcleo de Direitos Humanos e Proteção à Vulneráveis como ponto focal, para fins de monitoramento, apoio, apuração e orientação de políticas públicas e ações de segurança para a população migrante, refugiada e apátrida.</p> |
| | <p>7. Criar, manter, ampliar e fortalecer Departamento voltado à promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos.</p> <p>8. Incluir os campos nacionalidade e status migratório nos sistemas de registro dos diversos dispositivos da política de segurança pública.</p> |

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O quadro apresentado detalha as ações propostas no Segundo Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas no Paraná (2022-2025). Este plano é uma tentativa de expandir e consolidar os esforços iniciados com o primeiro plano, propondo novas diretrizes e iniciativas que buscam melhorar a acolhida e a integração dessa população no estado. As ações estão organizadas por eixos temáticos, como Educação, Saúde, Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos, e incluem medidas para fortalecer a proteção social, melhorar o acesso a serviços essenciais, além de promover a integração socioeconômica e cultural.

Os principais objetivos do segundo plano incluem garantir o acesso à saúde, educação e segurança jurídica para migrantes, ao mesmo tempo em que busca promover uma convivência mais harmoniosa entre migrantes e a comunidade local. Entre as ações listadas, destacam-se as iniciativas voltadas para a capacitação de servidores públicos, campanhas de conscientização e o fortalecimento de parcerias com organizações da sociedade civil para ampliar a rede de suporte disponível.

É importante destacar que, embora o segundo plano apresente um número significativo de ações voltadas à proteção e inclusão, as entrevistas analisadas no estudo da Rezende (2017) indicam que há desafios consideráveis na implementação efetiva dessas ações, especialmente em áreas mais afastadas e menos estruturadas. Isso levanta questionamentos sobre a real capacidade do estado em traduzir essas propostas em práticas que impactem positivamente a vida dos migrantes.

A análise a seguir será dividida em diferentes dimensões — Institucional, Econômica, Social e Cultural, além da dimensão de Proteção e Segurança — para abordar criticamente como as políticas públicas propostas no primeiro e segundo planos estaduais foram (ou não) implementadas. A base documental para esta análise inclui o relatório de monitoramento do primeiro plano, que oferece uma visão sobre os avanços e lacunas na execução das políticas públicas inicialmente planejadas.

Para fundamentar essa análise, utilizaremos extensivamente o estudo realizado por Tamara Rezende, que inclui entrevistas com diversos atores institucionais, como representantes do governo, ONGs e universidades. Essas entrevistas foram realizadas por Rezende, juntamente com o professor Márcio de Oliveira e o pesquisador Douglas Marques, e oferecem uma visão crítica sobre a execução das políticas públicas para migrantes no Paraná. As entrevistas destacam tanto os avanços alcançados quanto as limitações encontradas na prática. Juntamente, para validar a relevância do uso do estudo de Rezende em uma análise atual, foi incorporado o estudo sobre “O II Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (2022): desafios e oportunidades” de Coraiola & Lanza (2024), que realizou uma análise crítica da implementação do segundo plano estadual de migração.

Além disso, serão consideradas as contribuições teóricas de autores como Cunha, Costa e Salama (2019) e Lussi (2015), que discutem a importância da intersetorialidade e da articulação entre o poder público e a sociedade civil para garantir a proteção e segurança dos migrantes. A análise será complementada com o Relatório MigraCidades (2022), que fornece dados atualizados sobre o impacto dessas políticas na realidade dos migrantes no estado.

5.1 Dimensão Institucional

A institucionalização das políticas migratórias no Paraná, iniciada com o lançamento do Plano Estadual em 2014 e a criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA) em 2015, representa uma tentativa ambiciosa de estruturar o atendimento e a integração dos migrantes no estado. Entretanto, os relatos de representantes de diversas instituições, conforme a pesquisa de Rezende (2017), revelam que, apesar de esses avanços serem significativos, os desafios para garantir a implementação prática e eficaz dessas políticas são ainda substanciais.

Desde a criação do CERMA, o Paraná tem buscado estabelecer uma rede articulada entre atores públicos e da sociedade civil. No entanto, entrevistas realizadas no estudo de Rezende (2017) destacam que, apesar da formalização dessas estruturas, ainda há uma clara falta de coordenação e diretrizes específicas, o que resulta em confusões operacionais no atendimento aos migrantes. A construção de um sistema institucional robusto, que favoreça a inclusão social e o acesso a serviços essenciais, é fundamental, mas a execução dessas ações muitas vezes depende de esforços isolados e da mobilização de organizações não governamentais, que frequentemente assumem responsabilidades que, em tese, seriam do poder público.

A análise crítica de Coraiola e Lanza (2024) evidencia outro obstáculo importante: a dependência financeira do orçamento estadual. O II Plano Estadual de Políticas para Migrantes, Refugiados e Apátridas está atrelado, em grande parte, à "Fonte 100", uma estrutura financeira vulnerável a mudanças nas prioridades governamentais e nos ciclos políticos. Essa fragilidade financeira cria incertezas sobre a continuidade das iniciativas. Além disso, a falta de indicadores qualitativos dificulta a avaliação concreta do impacto dessas políticas sobre a população migrante, o que impede uma compreensão clara sobre os reais benefícios para essa comunidade.

Dentro dos relatos obtidos por Rezende (2017), um ponto crítico que se destaca é a articulação interinstitucional. Representantes de entidades como a Pastoral do Migrante e a Cáritas enfatizam que, embora o estado tenha dado passos importantes ao estabelecer comitês e conselhos, a execução das políticas migratórias ainda depende muito da colaboração informal entre diferentes organizações. Essas parcerias, muitas vezes, se baseiam mais em relações pessoais e na boa vontade dos envolvidos do que em uma estrutura formalizada e estável.

Esse cenário é refletido nas observações de Coutinho, Bijos e Ribeiro (2019), que

apontam que a criação de comitês e conselhos, como o CERMA, nem sempre resulta em respostas rápidas e eficazes às necessidades dos migrantes. O Núcleo de Psicologia e Migrações (NUPSIM), fundado em 2015 pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR), busca atender às demandas relacionadas à saúde mental dos migrantes. No entanto, sua atuação se deu, também, por meio de colaborações informais, onde profissionais da área trabalharam em conjunto com organizações não governamentais (ONGs) e outros grupos da sociedade civil para suprir a crescente demanda por serviços específicos, como o acolhimento psicossocial. As entrevistas analisadas por Rezende (2017) mostram que essa rede de apoio foi se formando de maneira espontânea, muitas vezes para preencher lacunas deixadas por outras iniciativas.

Embora a criação de marcos legais e planos como o II Plano Estadual tenha sido um avanço, os obstáculos para a implementação prática ainda permanecem. Coraiola e Lanza (2024) ressaltam que, apesar das parcerias com coletivos migrantes, a execução das ações está longe de atingir o impacto desejado. A inclusão dessas organizações no processo visa tornar as políticas mais sensíveis às realidades locais, mas a participação dos migrantes na execução das políticas continua limitada, muitas vezes restrita à fase de consulta.

O estudo de Rezende (2017) revela que, antes da elaboração do primeiro plano estadual, a chegada massiva de migrantes haitianos ao Paraná, especialmente a partir de 2010, exigiu uma resposta rápida e improvisada. Sem uma estrutura formal de acolhimento, as entidades responsáveis tiveram que se adaptar às circunstâncias emergenciais. Organizações como a Pastoral do Migrante e o CRAS precisaram reorganizar seus serviços de forma ágil para atender à crescente demanda, uma vez que a falta de um sistema formal deixou as ações de acolhimento e suporte dependentes do esforço das organizações da sociedade civil, que já trabalhavam de forma informal com migrantes.

Portanto, a dimensão institucional das políticas migratórias no Paraná reflete tanto os avanços quanto as fragilidades desse processo. A formalização de estruturas como o CERMA e a elaboração de planos específicos representam tentativas de criar uma rede institucional mais robusta, mas o impacto dessas políticas é frequentemente comprometido pela falta de recursos estáveis, pela dependência de financiamentos pontuais e pela dificuldade em coordenar as ações entre os diversos setores envolvidos. As entrevistas de Rezende (2017) ilustram uma realidade onde, apesar dos esforços formais, a execução das políticas migratórias depende de uma rede de apoio que se adapta constantemente às limitações impostas pela falta de um compromisso político e

financeiro de longo prazo.

Além disso, a criação de Grupos de Trabalho (GTs) intersetoriais no Paraná é uma tentativa de promover uma abordagem mais coordenada para o atendimento aos migrantes. Contudo, Coutinho, Bijos e Ribeiro (2019) questionam a eficácia desses GTs, argumentando que a colaboração entre setores como saúde, educação e assistência social ainda é limitada, em grande parte, pela falta de um sistema de monitoramento robusto. A entrevistada Representante do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC) da Secretaria Estadual da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU) ressalta que, embora a troca de informações entre instituições como o ACNUR e a Procuradoria Federal tenha melhorado, ainda há uma carência de coordenação que impede a duplicação de esforços e o desperdício de recursos (REZENDE, 2017).

No que tange à sustentabilidade das políticas, o apoio financeiro das organizações internacionais como o ACNUR e a OIM é essencial para complementar os recursos estaduais. No entanto, Lussi (2015) argumenta que a dependência de financiamentos externos pode gerar um desalinhamento entre as prioridades locais e as intenções dos organismos internacionais, o que dificulta a implementação de políticas adaptadas às necessidades dos migrantes no contexto regional.

Por conseguinte, é importante destacar que, embora o estado tenha avançado em alguns aspectos, a continuidade dessas políticas depende não apenas de recursos, mas também de um maior alinhamento entre as esferas municipal, estadual e federal. A articulação eficaz entre esses níveis de governo, bem como com a sociedade civil, é crucial para transformar as políticas migratórias em ações concretas que realmente promovam a integração e o bem-estar dos migrantes. A análise crítica das políticas públicas no Paraná evidencia que, para que essas iniciativas sejam sustentáveis e efetivas, é necessário um compromisso mais sólido, que vá além da criação de estruturas formais e que garanta um monitoramento contínuo para ajustar as políticas às necessidades emergentes da população migrante.

5.2 Dimensão Econômica

A dimensão econômica das políticas públicas migratórias no Paraná é um pilar essencial para garantir a integração socioeconômica de migrantes e refugiados, promovendo não apenas sua inclusão no mercado de trabalho, mas também o desenvolvimento sustentável da economia local. No entanto, ao analisar o impacto

dessas políticas, especialmente à luz da crise econômica de 2015 que afetou todo o Brasil, é evidente que o cenário enfrentado pelos migrantes é desafiador. Conforme relatado no estudo de Rezende (2017), a crise levou muitos brasileiros a competir por vagas de trabalho de baixa qualificação, o que resultou em uma diminuição no interesse pela contratação de trabalhadores estrangeiros. Essa mudança fez com que muitos migrantes, em especial haitianos, optassem por retornar aos seus países ou buscar novos destinos, como o Chile e os Estados Unidos, em busca de melhores oportunidades econômicas. A fala de um dos entrevistados revela que a falta de emprego fez com que parte significativa da população haitiana migrante buscasse outros países para se estabelecer (REZENDE, 2017).

No contexto do II Plano Estadual, analisado por Coraiola e Lanza (2024), há uma clara dependência do orçamento estadual, especificamente da Fonte 100, como já mencionado na dimensão anterior, que é destinada às secretarias estaduais. Essa dependência cria uma vulnerabilidade significativa, pois qualquer alteração nas prioridades políticas ou nas alianças governamentais pode comprometer diretamente a execução das ações previstas. A falta de um financiamento externo estável é apontada como um dos principais entraves à continuidade das iniciativas voltadas para o suporte econômico aos migrantes. Embora o plano sugira a possibilidade de buscar recursos de organismos internacionais como a ACNUR e a OMI, essa estratégia enfrenta o desafio de alinhar as intenções globais às necessidades locais.

As entrevistas conduzidas por Rezende (2017) revelam que a falta de políticas públicas estruturadas para o acolhimento e integração econômica dos migrantes resulta em um impacto direto na vida desses indivíduos. A escassez de estruturas formais, como casas de passagem e programas de capacitação, foi amplamente criticada pelos entrevistados. Um relato significativo destaca que, embora o Brasil tenha mantido uma política de portas abertas, a fragilidade das redes de apoio e a falta de uma articulação eficiente entre os diferentes níveis de governo têm levado muitos migrantes a retornarem aos seus países de origem ou a se deslocarem para outros destinos na América Latina.

Ademais, a crise econômica aprofundou as barreiras de entrada no mercado de trabalho formal para migrantes. Muitos acabam inseridos em setores de baixa qualificação ou no mercado informal, o que limita suas oportunidades de ascensão social e econômica. Em uma das entrevistas, foi relatado o caso de um migrante com formação em jornalismo e direito que, devido à dificuldade de validação de seus diplomas no Brasil, acabou trabalhando como pedreiro (REZENDE, 2017). Essa situação reflete a falta de políticas efetivas de reconhecimento de qualificações estrangeiras, resultando em uma perda de potencial humano para a economia local.

A pandemia de COVID-19 impactou de maneira profunda e multifacetada as políticas públicas migratórias, com reflexos consideráveis na dimensão econômica da mobilidade internacional, especialmente no Brasil. Conforme o estudo de Granada et al. (2023), as medidas de restrição de circulação, implementadas em resposta à crise sanitária, afetaram diretamente o fluxo de imigrantes, resultando em uma diminuição sem precedentes da entrada de migrantes e refugiados no país. Esse impacto foi evidenciado pelo Observatório das Migrações (2020), que relatou a queda abrupta nos números de imigração, afetando o mercado de trabalho e ampliando a vulnerabilidade dessa população.

A situação foi ainda mais grave para mulheres migrantes, que enfrentaram o agravamento de desigualdades tanto de gênero quanto de status migratório. Durante a pandemia, essas mulheres, que frequentemente ocupam posições em setores da "linha de frente", como o trabalho doméstico e na indústria alimentícia, viram-se confrontadas com um aumento significativo da precarização das condições de trabalho, com menores oportunidades de emprego formal, aumento da violência doméstica e de trabalho, além da perda de renda, principalmente entre as que dependiam de atividades informais (Tonhati & Macêdo, 2021). Esses desafios foram particularmente pronunciados em centros urbanos, onde muitos migrantes vivem em condições de habitação precárias e em situações de extrema vulnerabilidade social, como em cortiços ou até nas ruas.

A resposta do governo brasileiro, por meio do auxílio emergencial e da manutenção de algumas políticas de saúde, teve um impacto desigual sobre os migrantes, exacerbando as desigualdades já existentes. A falta de plataformas acessíveis e a exclusão de imigrantes indocumentados das políticas de assistência social mostraram as limitações das políticas públicas em lidar com as necessidades dessa população. No entanto, o Sistema Único de Saúde (SUS) desempenhou um papel crucial, fornecendo cuidados de saúde a migrantes, independentemente de sua documentação, embora o subfinanciamento e as desigualdades na oferta de serviços de saúde continuem a ser um obstáculo significativo para a equidade no acesso (Lima & Silva, 2017).

Portanto, a pandemia não apenas revelou as fragilidades do sistema migratório e das políticas públicas brasileiras, mas também amplificou as desigualdades econômicas que os migrantes enfrentam. As condições de vida, trabalho e acesso a direitos fundamentais, como a saúde, evidenciaram a necessidade urgente de reformas nas políticas migratórias, com o objetivo de garantir uma maior integração e proteção para esses grupos vulneráveis em tempos de crise.

A promoção do empreendedorismo entre migrantes, mencionada nos

documentos oficiais do Paraná, é frequentemente apresentada como uma solução para fomentar a geração de emprego e renda. Contudo, ao analisar criticamente essa questão à luz do estudo de Coraiola e Lanza (2024), observa-se que, na prática, tais iniciativas enfrentam obstáculos significativos. Programas de microcrédito e capacitação, embora existam em tese, carecem de um suporte contínuo e estão imersos em processos burocráticos que dificultam o acesso ao crédito, especialmente para migrantes que não possuem documentação completa. As entrevistas realizadas por Rezende (2017) revelam que, apesar do discurso de apoio ao empreendedorismo, muitos migrantes relatam dificuldades em acessar essas oportunidades devido a barreiras linguísticas e à falta de informações claras sobre os procedimentos necessários. Isso sugere que, sem uma reformulação que inclua um suporte mais estruturado e adaptado às realidades dos migrantes, tais programas têm um impacto limitado.

Além disso, há uma evidente disparidade entre o que é proposto nas políticas públicas e o que é efetivamente implementado. As entrevistas analisadas por Rezende (2017) evidenciam que a alternância de governos e as mudanças nas prioridades políticas resultam em descontinuidade das ações voltadas aos migrantes, que acabam dependendo fortemente de organizações da sociedade civil para obter apoio econômico e social. Como resultado, essas entidades frequentemente assumem o papel que seria do Estado, sobrecarregando suas capacidades limitadas. Embora a criação do Conselho de Migrantes e Refugiados seja considerada um avanço, o estudo de Coraiola e Lanza (2024) aponta que sua eficácia é comprometida pela falta de articulação financeira e pela ausência de um planejamento intersetorial que garanta uma coordenação efetiva entre os diferentes níveis de governo. Sem um compromisso mais sólido e recursos garantidos, a implementação de políticas que realmente beneficiem os migrantes continua sendo um desafio.

Assim, embora o Paraná reconheça a importância da dimensão econômica para a integração de migrantes, a falta de um financiamento consistente, aliada a entraves burocráticos e a uma execução fragmentada das políticas, continua a limitar o potencial dessas iniciativas. Para que essas políticas sejam verdadeiramente eficazes, é necessário um compromisso mais robusto em termos de financiamento, articulação intersetorial e monitoramento contínuo, garantindo que as ações não apenas existam no papel, mas que sejam efetivamente implementadas de forma a promover uma inclusão econômica sustentável e significativa.

5.3 Dimensão Social e Cultural

A dimensão social e cultural das políticas públicas migratórias no Estado do Paraná é essencial para promover a integração de migrantes e refugiados, visando não apenas assegurar seus direitos sociais básicos, como educação, saúde e assistência social, mas também valorizar a diversidade cultural que esses grupos trazem consigo. Contudo, ao analisar a aplicação dessas políticas no contexto paranaense, é necessário questionar se o que está descrito nos planos estaduais realmente se traduz em ações práticas e eficazes que respondam às demandas da população migrante.

O relatório da CERMA (2018), que avalia o primeiro Plano Estadual, revela que, embora houvesse esforços para promover a integração social, muitas das ações planejadas foram executadas apenas parcialmente ou não contaram com indicadores claros que comprovem sua efetividade. Um exemplo disso é o acesso à educação e à saúde para migrantes, que, segundo o relatório, teve avanços limitados devido a dificuldades de articulação entre os órgãos públicos e uma ausência de monitoramento adequado sobre o impacto dessas políticas nas comunidades atendidas.

As entrevistas realizadas por Rezende (2017) apontam que, enquanto os fluxos migratórios eram mais intensos, as redes de apoio comunitário desempenhavam um papel crucial na integração dos migrantes. No entanto, com a diminuição do número de migrantes, como observado por representantes do CRAS e organizações confessionais, houve uma mudança nas dinâmicas de acolhimento. Conforme relatado, o perfil migratório se transformou, com muitos haitianos, por exemplo, se estabelecendo em áreas rurais e se organizando para construir uma vida mais estável, o que exigiu uma adaptação das políticas públicas voltadas para a integração cultural e social (REZENDE, 2017).

Um dos pontos mais críticos é a questão da barreira linguística, que afeta diretamente o acesso dos migrantes a serviços básicos e ao mercado de trabalho. Como relatado por um representante do Recanto Franciscano, as aulas de português começaram de forma improvisada em 2011, sendo posteriormente estruturadas com o apoio de órgãos públicos e voluntários. Esse esforço colaborativo permitiu a ampliação do ensino de português em igrejas e instituições de ensino, demonstrando a relevância das parcerias comunitárias para suprir as lacunas deixadas pelo poder público. No entanto, embora essas iniciativas sejam louváveis, a falta de um planejamento estruturado e contínuo por parte do Estado limita seu alcance e impacto real (REZENDE, 2017).

No contexto da pandemia de COVID-19, a fragilidade das políticas sociais e culturais voltadas para os migrantes ficou ainda mais evidente. Granada et al. (2023) ressaltam que a crise sanitária global exacerbou as desigualdades já existentes, limitando ainda mais o acesso dos migrantes a serviços essenciais como saúde e assistência social.

Por outro lado, mesmo antes da pandemia, o acesso à saúde já se mostrava como um dos pontos críticos da política migratória no estado. Segundo Rezende (2017), os migrantes enfrentavam barreiras significativas para acessar o sistema de saúde devido à falta de capacitação dos profissionais para lidar com a diversidade cultural e à ausência de materiais informativos em idiomas estrangeiros. Durante a pandemia, essas barreiras se intensificaram, conforme reforçado por Granada et al. (2023), com muitos migrantes relatando dificuldades para obter informações sobre prevenção e tratamento da COVID-19 em suas línguas nativas. A crise sanitária, portanto, não só ampliou a vulnerabilidade dos migrantes, mas também destacou a necessidade urgente de políticas públicas que garantam acesso equitativo à saúde.

O segundo plano, conforme analisado por Coraiola e Lanza (2024), reconhece a necessidade de fortalecer o acesso à educação para crianças e adolescentes migrantes. A capacitação de educadores é vista como uma prioridade para promover um ambiente escolar mais inclusivo. No entanto, apesar do progresso declarado, há uma ausência de dados empíricos que comprovem a eficácia dessas ações, especialmente nas regiões mais afastadas dos centros urbanos. A falta de indicadores qualitativos para monitorar essas políticas é uma crítica recorrente, pois impede uma avaliação aprofundada do real impacto dessas iniciativas.

Na área da saúde, o Paraná busca garantir que migrantes e refugiados sejam atendidos em condições de igualdade, tanto em atendimentos médicos quanto em programas de saúde preventiva. Contudo, o estudo de Lussi (2015) aponta que, na prática, a falta de capacitação contínua dos profissionais de saúde e a ausência de uma abordagem culturalmente sensível ainda representam barreiras significativas. As entrevistas do estudo de Rezende (2017) reforçam essa percepção, revelando que, apesar dos esforços, muitas vezes os migrantes enfrentam dificuldades para acessar serviços de saúde devido a barreiras linguísticas e à falta de materiais informativos em idiomas estrangeiros.

No que diz respeito à promoção da cultura, o segundo plano estadual foca no eixo "Comunicação Social e Cultura", com o objetivo de ampliar o acesso à cultura e valorizar a diversidade humana. Coraiola e Lanza (2024) destacam que essa abordagem é essencial para que os migrantes sejam não apenas integrados nos

serviços públicos, mas também reconhecidos por suas identidades culturais. Contudo, o plano peca pela ausência de indicadores qualitativos que possam avaliar o impacto dessas ações culturais nas comunidades migrantes. Sem um acompanhamento contínuo e uma análise crítica dos resultados, é difícil determinar se essas políticas realmente promovem uma integração cultural significativa ou se permanecem no campo das intenções.

O estudo realizado por Rezende (2017) revela um aumento expressivo na demanda por serviços de apoio a migrantes no Paraná, especialmente a partir de 2010, quando o fluxo de haitianos se intensificou. Organizações confessionais, como a Cáritas Londrina, foram forçadas a expandir suas operações e adaptar rapidamente suas estratégias para atender essa nova demanda. No entanto, esses esforços, conforme mencionado nas entrevistas conduzidas por Rezende (2017), destacam que a sobrecarga acaba recaindo desproporcionalmente sobre o terceiro setor, que se vê pressionado a suprir lacunas deixadas pela ausência de uma resposta coordenada do Estado. Essa falta de suporte estatal adequado revela a fragilidade das políticas de integração social e cultural, que, na prática, dependem da ação de voluntários e entidades da sociedade civil para garantir um mínimo de assistência e acolhimento.

A análise crítica dos dados e depoimentos coletados evidencia que, embora existam avanços pontuais no âmbito das políticas voltadas à inclusão social e cultural de migrantes no Paraná, ainda há desafios significativos a serem superados. A articulação insuficiente entre os diferentes atores envolvidos, aliada à escassez de recursos e à falta de um monitoramento contínuo e sistemático, compromete a eficácia dessas iniciativas. Para que as políticas públicas realmente proporcionem uma integração sólida e culturalmente sensível, é necessário um maior investimento em capacitação e a criação de parcerias sustentáveis. Além disso, é imprescindível estabelecer sistemas de avaliação que permitam ajustes contínuos, de modo a alinhar as ações às necessidades concretas da população migrante, promovendo uma inclusão que seja tanto prática quanto significativa.

5.4 Dimensão Proteção e Segurança

A proteção e segurança dos migrantes e refugiados no Paraná são componentes fundamentais para a promoção dos direitos humanos e a garantia de um ambiente seguro para essa população em situação de vulnerabilidade. No entanto, ao analisar

os Planos Estaduais de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas, tanto o primeiro quanto o segundo, é essencial questionar se as declarações oficiais sobre a implementação dessas políticas se refletem, de fato, nas condições reais observadas em campo.

De acordo com o relatório de monitoramento do primeiro plano, elaborado pela CERMA (2018), das 21 ações planejadas, aproximadamente 80,9% foram reportadas como realizadas, sendo que 42,8% foram concluídas totalmente e 38% parcialmente.

No entanto, a análise detalhada deste relatório revela uma série de inconsistências. Muitas das ações mencionadas carecem de documentação comprobatória, sugerindo que a execução pode ter sido apenas parcial ou superficial. Como apontado por Rezende (2017), em suas entrevistas com atores institucionais e organizações não governamentais, há um desalinhamento entre o que é oficialmente reportado e a realidade enfrentada pelos migrantes no cotidiano. As entrevistas destacam, por exemplo, a falta de coordenação entre os órgãos responsáveis e uma dependência excessiva de parcerias com o terceiro setor para suprir as lacunas deixadas pelo Estado.

A dimensão de proteção jurídica, que deveria assegurar o acesso a serviços como assistência jurídica gratuita e regularização documental, foi um dos pontos mais criticados. Embora o plano mencionasse a criação de serviços específicos para migrantes, o relatório CERMA (2018) apontou que tais iniciativas foram implementadas de forma limitada e, muitas vezes, restritas a áreas urbanas centrais como Curitiba, deixando regiões periféricas e rurais sem cobertura adequada. Cunha, Costa e Salama (2019) confirmam que, apesar de esforços pontuais, a burocracia e a falta de infraestrutura dificultam o acesso efetivo a esses serviços, principalmente para aqueles que vivem em condições mais precárias e isoladas.

Em relação à segurança física, o governo estadual afirma ter promovido formações para agentes de segurança visando prevenir a violência e a discriminação contra migrantes. No entanto, como observado por Coraiola e Lanza (2024), no estudo sobre o segundo plano, esses esforços foram insuficientes e desarticulados, destacando que muitos agentes ainda carecem de treinamento contínuo para lidar com as especificidades dessa população. O estudo enfatiza que, embora o plano preveja a implementação de policiamento comunitário e programas de mediação de conflitos, a execução dessas ações foi prejudicada pela falta de recursos e de uma articulação eficaz entre os diferentes níveis de governo.

Outro ponto crítico diz respeito à proteção contra exploração e abusos, como o tráfico de pessoas. Apesar das campanhas de conscientização relatadas no plano, o

relatório da CERMA (2018) e os relatos das entrevistas conduzidas por Rezende (2017) indicam que essas ações não foram suficientes para prevenir a exploração, especialmente em áreas de fronteira como Foz do Iguaçu, onde a vulnerabilidade é maior devido à falta de presença do Estado. Rezende (2017) destaca que, sem uma rede de apoio efetiva e um sistema de monitoramento robusto, os migrantes permanecem expostos a riscos significativos, muitas vezes dependendo exclusivamente de ONGs para obter ajuda.

A questão da integração social também surge como um desafio significativo. O segundo plano, analisado por Coraiola e Lanza (2024), reconhece a importância de promover a inclusão social dos migrantes por meio do acesso ao mercado de trabalho e da oferta de cursos de língua portuguesa. No entanto, a dependência de parcerias com o setor privado e organizações da sociedade civil, aliada à instabilidade orçamentária, compromete a sustentabilidade dessas iniciativas a longo prazo (REZENDE,2017). As entrevistas conduzidas por Rezende (2017) ilustram como, na prática, muitos migrantes enfrentam barreiras consideráveis para acessar esses serviços, especialmente devido à falta de infraestrutura e recursos em municípios menores.

Deste modo, enquanto o Estado do Paraná declara avanços na implementação de políticas de proteção e segurança para migrantes, os dados e relatos críticos sugerem uma realidade mais complexa e menos otimista. A análise dos documentos e entrevistas revela que, embora existam esforços documentados, a execução dessas políticas é fragmentada e frequentemente carece de monitoramento adequado. Para que as políticas públicas alcancem sua efetividade, é fundamental que o Estado invista em um sistema de monitoramento mais robusto e em uma melhor articulação entre os diversos atores envolvidos. Somente assim será possível garantir que os direitos dos migrantes sejam efetivamente protegidos e que a população migrante possa viver com dignidade e segurança no Paraná.

5.5 Discussão

Para conduzir uma análise abrangente do desempenho do governo do Paraná nas diferentes dimensões das políticas públicas migratórias, é essencial examinar, de forma comparativa, as quatro dimensões abordadas neste estudo: institucional, econômica, social e cultural, e de proteção e segurança. Cada uma dessas dimensões

representa aspectos fundamentais para a integração efetiva dos migrantes internacionais no estado e destaca as áreas em que o governo obteve avanços, bem como aquelas que ainda exigem melhorias significativas. A partir dessa abordagem comparativa, é possível desenvolver uma conclusão global sobre o nível de desempenho do governo e os desafios que persistem em cada dimensão, com base nos documentos consultados, incluindo o relatório da CERMA (2018), o estudo de Rezende (2017), a análise crítica de Caraiola & Lanza (2024) e as atas mais recentes das reuniões do CERMA (2023a, 2023b, 2024).

Na dimensão institucional, o Paraná avançou consideravelmente com a criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA) e a elaboração de Planos Estaduais de Políticas para Migrantes, que visam fornecer uma estrutura formal para o atendimento e integração dos migrantes no estado. O relatório da CERMA (2018) destaca que esses avanços representam passos importantes para a organização e a formalização de políticas que anteriormente eram desenvolvidas de forma fragmentada. No entanto, as atas das reuniões ordinárias de setembro de 2023 e junho de 2024 evidenciam que, embora a criação do CERMA tenha sido um avanço institucional, a falta de um monitoramento contínuo tem comprometido a efetividade das ações propostas. Durante a reunião de 28 de setembro de 2023, foi enfatizado que, mesmo após mais de um ano da entrega do Plano Estadual, não havia sido constituído um Grupo de Trabalho (GT) para monitoramento, e as comissões reformuladas não realizavam reuniões frequentes (CERMA, 2023a). Essa falta de continuidade compromete a capacidade do estado de garantir que as políticas sejam implementadas de forma coordenada e eficaz. A reestruturação das comissões discutida na reunião de outubro de 2023 demonstrou um esforço em revitalizar a participação dos membros, buscando maior flexibilidade e engajamento, especialmente através de reuniões remotas (CERMA, 2023b). No entanto, ainda há desafios significativos para garantir que as ações sejam realmente acompanhadas, como demonstrado pela necessidade de recompor a Comissão de Monitoramento em junho de 2024, onde foi necessário convocar o IPARDES para apoiar na análise do plano (CERMA, 2024). Esses pontos sugerem que, embora haja uma estrutura formal, a coordenação e o monitoramento eficaz ainda são deficientes, conforme discutido por Coraiola & Lanza (2024).

A dimensão econômica das políticas migratórias no Paraná reflete o esforço do estado em integrar os migrantes ao mercado de trabalho e fomentar seu desenvolvimento socioeconômico por meio de programas de capacitação e incentivos ao empreendedorismo. O relatório CERMA (2018) destaca que a inclusão econômica

dos migrantes é essencial para fortalecer a economia local e promover uma integração sustentável. No entanto, as atas das reuniões recentes revelam lacunas na execução dessas políticas. Durante a reunião de 28 de setembro de 2023, foi proposto que as Secretarias apresentassem dados concretos que poderiam ser analisados por um GT, de modo a identificar áreas críticas onde os recursos poderiam ser mais eficazmente alocados (CERMA, 2023a). Contudo, essa iniciativa ainda está em fase de planejamento e depende do engajamento efetivo das Secretarias para fornecer dados relevantes. A falta de um monitoramento contínuo, mencionada nas atas, sugere que as políticas de inclusão econômica ainda são afetadas por uma gestão fragmentada e uma falta de dados precisos para direcionar investimentos.

A dimensão social e cultural representa uma área em que o Paraná demonstra esforços mais visíveis para promover a inclusão social dos migrantes, mas que ainda carece de uma execução mais eficaz. Segundo o relatório da CERMA (2018), o estado implementou iniciativas para facilitar o acesso dos migrantes a direitos sociais, como educação e saúde, além de fomentar o diálogo intercultural. Contudo, a discussão durante a reunião de 28 de junho de 2024 revelou que, apesar do empenho em reorganizar as comissões e assegurar um calendário de ações, ainda há falhas estruturais que dificultam o monitoramento das políticas sociais (CERMA, 2024). A análise crítica de Rezende (2017) sugere que, embora existam iniciativas para promover o ensino de português e atividades culturais, essas ainda são insuficientes para superar as barreiras linguísticas e culturais enfrentadas pelos migrantes. A dificuldade em estabelecer um sistema contínuo de monitoramento reflete diretamente na capacidade do estado de promover uma integração social inclusiva, como também observado nas atas mais recentes.

A dimensão de proteção e segurança reflete os esforços do governo em garantir a proteção dos direitos fundamentais dos migrantes e sua segurança física no estado. A criação de políticas contra a exploração, o trabalho forçado e a xenofobia é considerada um avanço, conforme indicado pelo relatório da CERMA (2018). No entanto, o estudo de Rezende (2017) revela que a proteção jurídica e a segurança física dos migrantes ainda dependem fortemente do apoio de ONGs e da sociedade civil. Durante a reunião de junho de 2024, foi elaborado um calendário para garantir um monitoramento mais eficiente das políticas de proteção, mas o sucesso dessa iniciativa depende da execução rigorosa desse planejamento e da resposta tempestiva das Secretarias (CERMA, 2024). Esse ponto ressalta uma lacuna persistente entre a formulação e a execução prática das políticas, demonstrando que, apesar das boas intenções, a efetividade das políticas de proteção continua limitada.

A análise comparativa das quatro dimensões revela que, embora o Paraná tenha demonstrado avanços na institucionalização das políticas públicas migratórias, especialmente na criação de uma estrutura formal através do CERMA e dos Planos Estaduais, a efetividade dessas políticas é comprometida pela falta de articulação entre os diferentes atores e pela dependência de recursos limitados. As atas recentes das reuniões do CERMA reforçam a percepção de que, embora existam esforços para reestruturar as comissões e melhorar o monitoramento, a execução ainda enfrenta obstáculos significativos devido à falta de coordenação e monitoramento contínuos. Isto é, o desempenho do governo do Paraná nas políticas públicas migratórias revela um misto de progresso institucional com desafios práticos, destacando a necessidade de maior comprometimento político e de uma articulação mais eficiente entre as Secretarias e os demais atores envolvidos para alcançar uma integração verdadeiramente inclusiva dos migrantes no estado.

Em conclusão, o desempenho do governo do Paraná nas políticas públicas migratórias revela uma ambiguidade: por um lado, há uma estrutura formal e boas intenções na formulação das políticas; por outro, a implementação prática é limitada pela falta de recursos, coordenação e políticas de longo prazo que garantam a sustentabilidade dessas ações. Para que o Paraná alcance uma política migratória verdadeiramente eficaz e inclusiva, será necessário um comprometimento político mais robusto, uma melhor articulação entre as esferas governamentais e um maior envolvimento dos próprios migrantes no processo de formulação e execução das políticas.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo buscou analisar, sob uma perspectiva multidimensional, a implementação das políticas públicas migratórias no estado do Paraná, com o objetivo de compreender até que ponto essas políticas têm sido capazes de atender às demandas e desafios enfrentados pelos migrantes internacionais que chegam ao estado. A pesquisa foi norteadada pela questão central: Como as políticas públicas migratórias no estado do Paraná estão sendo implementadas para atender às demandas e desafios dos migrantes internacionais? A partir dessa pergunta, procurou-se avaliar tanto a evolução histórica dessas políticas quanto o impacto que elas têm sobre a vida dos migrantes, considerando os fatores globais e locais que influenciam suas diretrizes e execução.

A análise das dimensões institucional, econômica, social e cultural, além da dimensão de proteção e segurança, revelou que, apesar dos avanços formais e das boas intenções expressas nos Planos Estaduais e nas diretrizes estabelecidas pelo CERMA, a execução prática das políticas públicas para migrantes no Paraná apresenta diversas fragilidades. Embora a criação de estruturas como o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA) e a formalização do Plano Estadual de Políticas Públicas representem passos importantes no sentido de institucionalizar a política migratória, essas iniciativas enfrentam barreiras significativas que limitam sua eficácia.

Na dimensão institucional, evidenciou-se uma falta de articulação eficiente entre os diversos órgãos governamentais e as organizações da sociedade civil. As atas de reuniões do CERMA (2023a, 2023b, 2024) destacam que a execução das políticas depende, muitas vezes, de esforços pontuais, sem um monitoramento contínuo que assegure a implementação dos planos estabelecidos. Durante a reunião de 28 de setembro de 2023, foi ressaltado que, apesar da entrega do Plano Estadual, a ausência de um Grupo de Trabalho (GT) de monitoramento dificultava a avaliação dos impactos dessas políticas (CERMA, 2023a). A proposta de reestruturar as comissões em outubro de 2023 e a tentativa de retomar um calendário de ações em junho de 2024 indicam que há uma necessidade urgente de uma melhor coordenação para garantir a continuidade das políticas (CERMA, 2023b; 2024).

Na dimensão econômica, constatou-se que os programas voltados para a inclusão dos migrantes no mercado de trabalho, embora importantes, ainda carecem de suporte contínuo para promover a integração socioeconômica desse grupo. As atas das

reuniões revelaram a dificuldade de obter dados concretos que subsidiem políticas efetivas, como discutido na reunião de setembro de 2023, onde se destacou a necessidade de maior colaboração entre as Secretarias (CERMA, 2023a). Problemas como a falta de reconhecimento de diplomas estrangeiros, burocracias no acesso ao emprego formal e o limitado apoio financeiro para o empreendedorismo dos migrantes persistem como barreiras significativas.

Em relação à dimensão social e cultural, embora o Paraná tenha implementado ações para facilitar a inclusão social dos migrantes, ainda há uma execução fragmentada dessas políticas. A ausência de um monitoramento efetivo das ações de educação e saúde que considerem as barreiras linguísticas e culturais foi apontada nas reuniões do CERMA, indicando que, mesmo com a reformulação das comissões, a execução dessas políticas carece de continuidade (CERMA, 2024). A falta de coordenação entre os diferentes atores envolvidos também foi observada no estudo de Rezende (2017), que ressalta a importância de um ensino de português mais estruturado e iniciativas culturais que vão além de eventos pontuais.

Na dimensão de proteção e segurança, apesar dos esforços para criar mecanismos de proteção dos direitos dos migrantes e garantir sua segurança física, como campanhas contra a xenofobia e o policiamento comunitário, os documentos analisados evidenciam que a execução dessas ações é limitada pela dependência de organizações da sociedade civil, muitas vezes com recursos insuficientes. As discussões nas atas de 2024 revelaram tentativas de fortalecer o monitoramento, mas os desafios para implementar um sistema eficaz ainda são substanciais (CERMA, 2024).

De forma geral, os resultados deste estudo indicam que, embora o estado do Paraná tenha adotado medidas significativas para institucionalizar e aprimorar suas políticas migratórias, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir que essas políticas realmente respondam às necessidades da população migrante de forma eficaz. A análise crítica das entrevistas, documentos e atas de reuniões revelou que, na prática, as políticas públicas no Paraná são frequentemente caracterizadas por uma implementação fragmentada e vulnerável às mudanças políticas, o que compromete a continuidade das ações e a proteção dos direitos dos migrantes.

Para que as políticas públicas migratórias no Paraná alcancem seus objetivos de forma mais efetiva, recomenda-se: (1) uma maior integração entre os órgãos governamentais e a sociedade civil para garantir a execução coordenada das políticas; (2) o fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação para medir o impacto real das ações implementadas; (3) a diversificação das fontes de financiamento, buscando parcerias com organismos internacionais e entidades do setor privado, para

reduzir a dependência do orçamento estadual; e (4) a ampliação da capacitação de servidores públicos e agentes da sociedade civil, com foco nas necessidades específicas da população migrante, a fim de promover um atendimento mais inclusivo e sensível.

Portanto, o estudo conclui que, para que o Paraná consiga responder de forma mais eficaz aos desafios impostos pela migração internacional, é fundamental que suas políticas públicas sejam reformuladas com um enfoque mais integrado, sustentável e alinhado às realidades locais e globais. A construção de políticas migratórias verdadeiramente inclusivas e eficazes exigirá não apenas ajustes nos planos já existentes, mas também um compromisso contínuo com a articulação de esforços entre o poder público, a sociedade civil e os próprios migrantes, reconhecendo-os como atores essenciais na construção de um futuro mais inclusivo e justo para todos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luísa.; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de Análise das Políticas Públicas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, online, n. 83, p. 11-35, fev. 2017.

BAUMGARTNER, F. R.; BREUNIG, C.; GROSSMAN, E. (Eds.). *Comparative Policy Agendas: Theory, Tools, Data*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2019.

BAUMGARTNER, F. R.; GREEN-PEDERSEN, C.; JONES, B. D. Comparative studies of policy agendas. *Journal of European Public Policy*, 13(7), 959-974, 2006.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. *Agendas and Instability in American Politics*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1993.

CAPELLA, A. C. N., SECCHI, L., e FARAH, M. F. S. (2014). *Modelos e Análise de Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.

CAPELLA, Ana Cláudia N. A construção da agenda governamental: estratégias e mecanismos de bloqueio. *O&S*, v. 23, n. 79, p. 675-691, out./dez. 2016.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, v. 61, p. 25-53, 2006.

CARDOSO, Cássia Regina Soares. O processo de ocupação do noroeste paranaense nas décadas de 1950 e 1960. *Portal dia-a-dia educação*, [S. l.], 2007. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cassia_regina_soares_cardoso.pdf . Acesso em: 12. fev. 2024.

CASTELS, Stephen; MILLER, Mark J. *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. The Guilford Press, 2009.

CASTELS, Stephen; HAAS, Hein de; MILLER, J. Mark. *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World*, Palgrave Macmillan, First edition, p. (1-401), 1993.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs). A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2015.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; A caminho da conclusão. Meia década de novos fluxos migratórios no Brasil. Série Migrações - Ministério do Trabalho, v. 1, p. 142-146, 2016, Brasília 2016.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. F. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. In. Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia; DUTRA, Delia; OLIVEIRA, Marcio de (Orgs). A Imigração Haitiana no Brasil: Característica Sócio-Demográficas e Laborais na Região Sul e no Distrito Federal. p. (1-149), 2019.

CERMA - Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. Ata da reunião ordinária do CERMA/PR, realizada em 28 de setembro de 2023. Curitiba, 2023a.

CERMA - Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. Ata da reunião ordinária do CERMA/PR, realizada em 31 de outubro de 2023. Curitiba, 2023b.

CERMA - Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. Ata da reunião ordinária do CERMA/PR, realizada em 28 de junho de 2024. Curitiba, 2024.

CORAIOLA, Maria Victória Pontara Sidor; LANZA, Líria Maria Bettiol. O II Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (2022): desafios e oportunidades. Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate, 20 a 22 de agosto de 2024, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2024.

CUNHA, Vanilza Santos; COSTA, Jeize Dias; SALAMA, Yassin. A integração de imigrantes e refugiados no estado do Paraná: o acesso às políticas públicas e a intervenção do Assistente Social nesse processo. Caderno Humanidades em Perspectivas, v. 4, n. 8, 2020.

EASTON, D. (1965). A Systems Analysis of Political Life. New York: John Wiley & Sons.

ENAP. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: Fundamentos e Modelos. Brasília: ENAP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

ENTREMEIOS. Relatório do Simpósio: PROJETO ATUAÇÃO EM REDE: CAPACITAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ACOLHIMENTO, NA INTEGRAÇÃO E NA INTERIORIZAÇÃO DE REFUGIADOS E MIGRANTES NO

BRASIL. Simpósio Refugiados e Migrantes no Paraná: Como Acolher e Integrar? E Oficinas Temáticas. Curitiba, PR, 8 a 10 de maio de 2019. Disponível em: https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capacitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-curitiba/relatorio_curitiba_alta.pdf . Acesso em: 27. out. 2023

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. Ed. 5. São Paulo: Atlas, 2010.

JUBILUT, Liliana Lyra. Mapeando obstáculos de acesso a direitos e serviços por migrantes, apátridas e refugiados no Brasil: desafios de operacionalização da pesquisa e principais resultados. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI), n. 17, dezembro de 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8867>. Acesso em: 17 out. 2024.

KINGDON, John W. Agendas, alternatives, and Public Policies. 3^a. ed. New York: Harper Collins, [1984], 2003.

KINGDON, John W. Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers, 1995.

KINGDON, J. W. Agendas, Alternatives, and Public Policies. Boston, MA: Little Brown & Company, 1984.

KINGDON, John W. (1995). Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers. in SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 1. Como chega a hora de uma ideia (pp. 219-224); juntando as coisas (pp. 225-246).

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. Ed. 5. Editora Atlas, 2003.

MIGRAÇÃO. In: IMDH, Glossário Online. BSB, 2014. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/imdh/glossario/>. Acesso em: 14/09/2023.

MIGRACIDADES. Relatório MigraCidades 2021: Paraná. 2021.

MIGRACIDADES. Relatório MigraCidades 2021: Paraná. 2022.

MORAES, Isaias et al. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. In: Revista Conjuntura Austral | Vol. 4, nº. 20 | out. nov 2013.

LASSWELL, H. D. (1936). Politics: Who Gets What, When, How. New York: Whittlesey House.

LASSWELL, H. D. (1956). The Decision Process: Seven Categories of Functional Analysis. College Park: Bureau of Governmental Research, University of Maryland.

LIMA, Murillo Silva de. Políticas públicas de acomodação da população imigrante: estudo dos casos da Catalunha e do Paraná. Dissertação (Mestrado em Relações

Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LINDBLOM, C. E. (1959). "The Science of Muddling Through." *Public Administration Review*, 19(2), 79-88.

OIM. Governança Migratória Local: Ferramentas e Métodos. Marcelo Torelly, Ana Laura Anschau e Anelise Dias (organizadores). Brasília: Organização Internacional para as Migrações, 2022.

Plataforma MigraCidades. Relatório de Diagnóstico de Governança Migratória - 2022. UFRGS, 2022.

PARANÁ. Governador do Estado. Decreto Estadual nº 5232/2016, de 04 de outubro de 2016. Disponível em: http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=16_3023&indice=1&totalRegistros=1. Acesso em: 15 fev. 2024

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. *Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes e Refugiados 2014-2016*. Curitiba: SEJU, 2018

PERUSSOLO, Denise Antônia. Imigração, urbanização, industrialização no Paraná no período de 1890-1913. Uma proposta metodológica para o ensino de história. Cadernos PDE, 2007. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2007_utfpr_hist_artigo_denise_antonia_perussolo.pdf . Acesso em: 12 fev. 2024.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. 234 p.

PORTES, Alejandro. Tensions that Make a Difference: Institutions, Interests, and the Immigrant Drive. *Sociological Forum*, Princeton University, Vol. 27, set, 2011.

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. MOBILIDADE HUMANA INTERNACIONAL, POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E DIREITOS HUMANOS: avanços e recuos. *Revista de*

Políticas Públicas, vol. 24, núm. 1, p. (405-421), 2020.

ROCHA, C. V. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas-algumas observações. *Civitas*, v. 5, n. 1, p. (11-28), 2005.

RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. Fenômeno migratório. São Paulo: UNESP, 2015.

REZENDE, Tamara Zázera. Construção de uma política migratória no Paraná, 2010-2016. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba, 2017.

ANTOS, Barricarte, J.J. Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado. 2010.

SAMPAIO, Cyntia e BARALDI, Camila. Políticas migratórias em nível local: análise sobre a institucionalização da política municipal para a população imigrante de São Paulo. Documentos de Projetos (LC/TS.2019/16/Rev.1), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019.

Santos, B. (2023). Estratégias Metodológicas nas Pesquisas de Fronteira.

SARAVIA, Enrique. Política Pública: dos clássicos às modernas abordagens. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas públicas; coletânea. 2 v. Brasília: ENAP, 2006. p. 13-42.

SCHATTSCHEIDER, E. E. The semisovereign people. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960. Apud CAPELLA, A. C. N. O papel do poder na formulação de políticas públicas. In: CAPELLA, A. C. N. (Org.). Análise de políticas públicas. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 68.

Sardinha, T. B. (2000). Análise Multidimensional. *D.E.L.T.A.*, 16(1), 99-127.

Sardinha, T. (2010). A abordagem metodológica da análise multidimensional. *Gragoatá*, 29, 107-125.

SECCHI, Leonardo. *Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES Valdemir. *Políticas Públicas - Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos*. São Paulo: Cengage, 2019.

SECCHI, L. (2013). *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. São Paulo: Cengage Learning.

SECCHI, L. (2014). *Políticas Públicas*. São Paulo: Cengage Learning.

SIMON, H. A. (1957). *Models of Man: Social and Rational*. New York: John Wiley & Sons.

SILVEIRA, D. T. *Como elaborar projetos de pesquisa*. Ed. 4. Editora FGV, 2009.

SOUZA, C. *Desafios e Limitações na Avaliação de Políticas Públicas no Brasil*. Brasília: FGV, 2023.

SOUZA, Isabella Louise Traub Soares de. *Política pública migratória: processos de interiorização, hospitalidade, integração, participação e democracia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2020.

SOUZA, C. (2006). *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. *Revista Sociologias*, 8(16), 20-45.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WEIBLE, C. M., & CARTER, D. P. (2017). *Theories of the Policy Process* (4th ed.). New York: Routledge.

YIN, R. K. *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. 5ª ed. Bookman, 2017.

ZAMBERLAM, Jurandir. O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre: Pallotti, p. (1-180), 2004.